

**ESTUDO DE ATUALIZAÇÃO DO PORTFÓLIO DOS
EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Atualização da Visão 2020 - Relatório Final

Volume 2 - Anexo I

Pesquisa WebDelphi Nacional

São Paulo, novembro de 2002

Índice

Introdução	1
A - Perfil dos respondentes do questionário nacional	4
1. Nomes.....	5
2. Cargos	11
3. Campo de atuação.....	12
4. Formação profissional.....	13
5. Participação por região	14
6. Nível de conhecimento dos respondentes	15
B - Questões e resultados	16
1. Comércio internacional e protecionismo	17
1.1 Conhecimento sobre o tema	17
1.2 Perfil das exportações brasileiras.....	18
1.3 Parceiros comerciais	19
1.4 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	20
2. Integração regional, territórios e zonas econômicas exclusivas	24
2.1 Conhecimento sobre o tema	24
2.2 Integração sul-americana	25
2.3 Mercosul	26
2.4 Quais serão as implicações da situação prevista de integração sul-americana?.....	26
3. Meio ambiente e sustentabilidade	29
3.1 Conhecimento sobre o tema	29
3.2 Poluição global	30
3.3 Água	31
3.4 Biodiversidade	35
3.5 Selecione as cinco tendências ou descontinuidades mais importantes até 2020.	36
3.6 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	37
4. Demografia, amadurecimento do perfil etário e qualidade de vida	39
4.1 Conhecimento sobre o tema	39
4.2 Amadurecimento do perfil etário.....	40
4.3 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	41
5. Trabalho, renda e desigualdade, pobreza e inclusão social	44
5.1 Conhecimento sobre o tema	44
5.2 Distribuição de renda.....	44
5.3 Relações de trabalho.....	45
5.4 Legislação trabalhista.....	46
6. Urbanização	49
6.1 Conhecimento sobre o tema	49
6.2 Distribuição da população urbana.....	50
6.3 Qualidade de vida e a questão urbana.....	51
6.4 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	54
7. Mudanças na infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações	57

7.1	Conhecimento sobre o tema	57
7.2	Transportes.....	57
7.3	Energia	58
7.4	Telecomunicações.....	60
7.5	Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	61
8.	A sociedade da informação, inovação e competitividade	64
8.1	Conhecimento sobre o tema	64
8.2	Sociedade da Informação.....	64
8.3	Inovação e competitividade	66
8.4	Educação.....	68
8.5	Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	68
9.	Movimentos políticos ideológicos - o papel do estado no processo econômico e produtivo	70
9.1	Conhecimento sobre o tema	70
9.2	Papel do Estado	71
9.3	Participação política.....	72
9.4	Entraves ao crescimento	75
9.5	Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	76
10.	Visão Nacional 2020	77
10.1	Indique seu grau de concordância com a visão apresentada no “Estudo dos Eixos” ...	78
10.2	Proponha alguma alteração, apresentando uma nova visão ou descontinuidade:	78

Introdução

Atualização da Visão 2020 para os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

Como explicitado na introdução ao **Volume 1**, o processo de Atualização da Visão 2020 utilizou a metodologia Delphi para elencar as principais características do país, no horizonte definido pelo estudo. Essa técnica é um instrumento de análise qualitativa, para prospecção estratégica e previsão tecnológica, que pode ser utilizado tanto no ambiente de negócios quanto no âmbito genérico do panorama econômico do país ou, ainda mesmo, em um setor empresarial específico.

A Técnica WebDelphi baseia-se em um questionário interativo, disponibilizado via Internet, que circula repetidas vezes por um público selecionado, sendo as respostas tabuladas a cada rodada. A cada nova rodada os participantes devem reavaliar suas respostas à luz das respostas dadas e dos argumentos apresentados pelos demais participantes. Esse processo é repetido até que haja uma convergência satisfatória das opiniões dos respondentes, definindo uma visão comum do futuro. A técnica é especialmente recomendada para situações de rupturas tecnológicas e de ausência de dados históricos. Em se tratando de um horizonte de estudo tão longo, 18 anos, o WebDelphi é ideal. Em adição, possibilita a consulta a especialistas do Brasil todo, pois o uso da tecnologia digital tem acesso amplo e custo baixo, além de economizar tempo, tanto para convite aos participantes, quanto para respostas e processamento do questionário.

O questionário desenvolvido, após um levantamento inicial, executado pela equipe do Programa de Estudos do Futuro da USP – Profuturo -, objetivou chegar às Visões Regionais, enfocando dez temas principais, a saber:

1. Comércio internacional e protecionismo.
2. Integração regional, territórios e Zona Econômica Exclusiva.
3. Meio ambiente e sustentabilidade.

4. Demografia, amadurecimento do perfil etário e qualidade de vida.
5. Trabalho, renda e desigualdade, pobreza e inclusão social.
6. A questão urbana.
7. Mudanças na infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações.
8. A sociedade da informação, inovação e competitividade.
9. Movimentos políticos ideológicos - o papel do estado no processo econômico e produtivo e
10. Visão 2020 da região.

A seleção de respondentes do WebDelphi procurou formar um grupo heterogêneo e qualificado, que agrupasse pesquisadores, empresários de ramos diversos da economia, membros do governo, profissionais liberais, cientistas, etc. Para tanto, foram utilizados e consolidados os nomes constantes dos bancos de dados do Programa de Estudos do Futuro, do Ministério do Planejamento, e do Monitor Group.

Esses nomes foram separados em 5 listas, pois a cada uma delas corresponderia um questionário diferente. Para efeito de uma análise mais rica e consistente, foram realizadas 5 pesquisas em paralelo, referentes aos Eixos do País:

Região 1 – Eixo Sul

Região 2 – Rede Sudeste e Eixo Sudoeste

Região 3 – Eixos Oeste e Araguaia-Tocantins

Região 4 – Eixos Transnordestino e São Francisco

Região 5 – Eixos Madeira-Amazonas e Arco-Norte

Essa divisão foi adotada porque se deu preferência a que cada pessoa contribuísse com a visão regional do Brasil em 2020 tratando apenas da região para a qual possui contribuições, aproveitando seu conhecimento específico e evitando desvios causados por respostas de pessoas que não possuem familiaridade com os temas

nas regiões que desconhecem. Foram convidadas aproximadamente 1.500 pessoas para participar do processo.

Uma vez agrupados os respondentes, cada um deles recebeu, por e-mail, uma carta-convite para responder aos questionários. Para assegurar a qualidade da pesquisa, foram distribuídas senhas de acesso. Os questionários atingiram, juntos, a marca de 150 respondentes, após três semanas de funcionamento. Um esforço contínuo de follow-up foi mantido durante o período, para assegurar um número mínimo de participantes para a pesquisa.

São apresentados, a seguir, os resultados do WebDelphi Nacional.

A - Perfil dos respondentes do questionário nacional

1. NOMES

Em **Negrito** os nomes dos respondentes que não autorizam divulgação de perfil.

Nome	Organização
Abdon Barretto Filho (Kharla Tavares)	Predial Adm Hotéis Plaza S.A.
Ademar Romeiro	UNICAMP - Instituto de Economia
Adolfo Martins de Moraes	SEPLAN - CGP
Alberto Pfeifer	Conselho de Empresários da América Latina
Alejandro Odio	Kraft Foods Brasil SA
Alexandre Fradkin	ACERP – Assoc. Comunic. Educ. Roquette Pinto
Alfredo Lisboa Ribeiro Tellechea	Dist.de Prod Petróleo Ipiranga
Almir Franco de Sá Barbuda	Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais
Aloísio Pádua Pinto	Ministerio do Planejamento
Ambrozio Hajime Ichihara	DNPM
Américo Rodrigues Filho	Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico
Ana Lúcia Delgado Assad	Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma
Ana Lucia Tostes de Aquino Leite	Educação Ambiental
Andre Hofmeister	Gerdau S/A
André Luís Lopes Rocha	Ministério da Integração Nacional
Andréa de Castro Bicalho	Climatologia, Meteorologia E Hidrologia
Angela Gomes Miranda	Novo Rio Papéis Com. Ind. Ltda
Ângelo Bressan Filho	Gestão Da Política Agropecuária
Angelo José Pavan	IBGE
Antonio Roberto de Sousa	Governo do Estado da Paraíba
Antonio Carlos Capeletti Sarmento	Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros
Antônio Carlos Holtz	Secretaria de Energia
Aristóteles Passos Costa Neto	SINDICON
Armando Mariante Carvalho	Metrologia e Qualidade Industrial
Artur Nobre Mendes	Território e Cultura Indígenas
Basílio Villani	Câmara dos Deputados
Belmiro V. filho	Federação das Associações Comerciais do Amazonas
Biramar Nunes de Lima	Integração da Cadeia do Agronegócio
Braulio Ferreira de Souza Dias	Ministério do Meio Ambiente
Brian Nicholson	Agência Desenvolvimento Tietê - Paraná - ADTP
Bruno Augusto Dizioli	Ministério da Defesa - Estado-Maior de Defes
Bruno Nazário Martins	Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo
Byron Queiroz	Banco do Nordeste
Carlos Alberto La Selva	Ministério dos Transportes
Carlos Augusto Pimenta Da Silva	Gujão Alimentos
Carlos Biedermann	PricewaterhouseCoopers

Nome	Organização
Carlos Gardel Ribeiro	Fundação Estadual do Meio Ambiente
Carlos Henrique Amaral Queiroza	Caixa Economica Federal
Carlos Luiz Dias da Silva	Gestão da Política de Comunicações
Carlos Marx Tornini	FECEP-Federação do Comércio do Estado do Pará
Carlos Passos Justo	Energia na Rede Sudeste
Carlos Roberto Azzoni	FEA/USP, FIPE
Carlos Roberto Gallo	Energia no Eixo Sul
Carlos Roberto Silvestrin	ADTP - Agência de Desenvolvimento Tieté Paraná
Celso Franco Damaceno	OSR
Claudia Reina Delaia	EMBRAPA - CTAA
Cristovão Raymundo Nonato B. Noronha	Secretaria Estado Indústria Comercio
Cynthia Losso Prudente	Direitos Humanos, Direitos de Todos
Dauberson Monteiro da Silva	1 ° Comissão Bras. Demarcadora de Limites
Denise Valéria de Lima Pufal	Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Bico do Papagaio e da Mesorregião do Vale do Rio Acre
Dilma Seli Pena Pereira	Agência Nacional de Águas
Edgard Medeiros	FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará
Edson Barcelos	EMBRAPA
Elival da Silva Ramos	Procuradoria Geral do Estado
Emanuel Leite Borges	Depto. Nacional de Infra-Estrutura de Transportesodagem
Emanuel Malta Falcão Caloête	Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri
Ene Gloria da Silveira (Sr.)	Universidade Federal de Rondônia
Enildo Lemos Vasconcelos	Banco do Nordeste do Brasil S/A
Enrique Ortega	UNICAMP - Laboratório Engenharia Ecológica
Eugênio Miguel Mancini Scheleder	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos/MP
Eustáquio J. Reis	IPEA
Evaldo Luiz da Silva Pereira	Empresa Brasileira de Telecomunicação
Fabio de Carvalho	Café Arábia
Fábio Eduardo de Mello Cunha	Ministério da Integração Nacional
Felix de Bulhões	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
Fernando Antonio Caminha Dufire	Secretaria de Infra-Estrutura
Fernando Antônio de Souza Costa	Produtividade do Algodão e de Outras Fibras
Fernando Cristóvam da Silva Jardim	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
Fernando Gonçalves Castelo Branco	FIEMG – Federação das Indústrias do Estado e Minas Gerais
Fernando Luiz Restum Pertusier	Luz No Campo

Nome	Organização
Flora Valladares Coelho	Basa-Banco Da Amazonia
Francisco Assis Carvalho Filho	Time-Now Engenharia Ltda
Francisco de Paula Coqueiro de Carvalho	Banco do Estado do Piauí S.A.
Francisco Eulálio Alves dos Santos	Universidade Federal do Acre
Francisco Ilton Moraes	FAEPA
Frederico de Miranda Oliveira (Célia Maria Macedo Valoic)	FUNAI
Frederico José da Silveira Monteiro	Inovação Tecnológica Em Telecomunicações
Geraldo Jose Carbone	Bank Boston Banco Múltiplo Sia
Gonçalo Pedroso Branco de Barros	Tribunal de Contas Estado MT
Guy de Fontegalland	Fibra-Feder.das Ind.de Brasília
Helio José de Carvalho Monteiro	Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada
Henrique Villa da Costa Ferreira	Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul
Iêda Maria de Oliveira Lima	Transporte Rodoviário Urbano
Ivo Jucksch	Universidade Federal de Viçosa
Jairo Rodrigues da Silva	Manutenção da Malha Rodoviária Federal
Jayme Sirotsky	RBS Participações
Jelson da Costa Antunes	Auto Viacao 1001 Ltda
Jerson Antônio Picoli	Fed. das Empres.de Transp. Rod. dos Estados ES e RJ
João Antônio Fleury Teixeira	Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito
João Bosco de Carvalho Lima Freitas	Sistemas Locais De Inovação
João Carlos da Costa	Secretaria da Fazenda do Estado do TO
João Carlos Vasconcellos	Secretaria do Turismo
João Carlos Vilela Nogueira	Dataclima Engenharia Ltda
João Gilberto Lotufo Conejo	Agencia Nacional de Águas - SPR
João Oliveira de Albuquerque	Federação das Indústrias do Estado do Acre
José Anibal Mesquita Barbalho	FIERN - e Sind.das Indústrias de Construção Civil do Estado do RN
José Antônio Diaz Dieguez	Aplicações Nucleares na Área Médica
José Antonio Muniz Lopes	Energia no Eixo Madeira-Amazonas
José Augusto Coelho Fernandes	CNI
José Cecchi	ANP
José de Moura Teixeira Lopes	Associação Comercial do Amazonas
José Domingos Gonzalez Miguez	Mudanças Climáticas
José Edil Benedito	Agência Nacional de Águas
José Graça Aranha	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
José Kogut	Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica
Jose Luiz Acar Pedro	Banco De Credito Nacional S/A

Nome	Organização
José Luiz Vianna Moraes	Secret. do Desenv. e dos Assuntos Internacionais
José Marçal dos Santos Júnior	Qualidade Dos Insumos Agrícolas
José Maria da Cunha	Corredor Sudoeste e Oeste-Norte
José Maria dos Santos Silva	Correios
José Nasser	FIEAM
José Nilton de Souza Vieira	Desenvolvimento da Indústria Sucoalcooleira
Josué da costa cardoso	Banco da Amazônia
Juarez Alexandre Baldini Rizzieri	FEA-USP
Juarez Correia Barros Júnior	Trabalho Seguro e Saudável
Júlio de Castilhos Matzenbacher Machado	Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária
Kazuyoshi Ofugi	Fundação de Apoio à Pesquisa/FAPDF
Kensaku Saito	Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados
Kleber Luciano de Assis	Ensino Profissional da Marinha
Leon Chant Dakessian	Grupo Votorantim
Leonardo Lins de Albuquerque	Energia Nos Eixos do Nordeste
Ilenor Elemar Zilgler	Banco do Brasil S/A
Lucia Helena de Souza Gnone	Ministério dos Transportes+B109
Luciana Silva Moraes	FASB
Luciano Guerra	Banco do Nordeste
Luciano Santiago Rosas	Cobrapi Engenharia Ltda
Lucy Roman Bertolin	Governo do Estado do Tocantins
Luiz Caldas Milano	Famil Sistema de Controle Ambiental
Luiz Carlos Ciochi	Monitor
Luiz Carlos de Miranda Joels	Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas
Luiz Carlos Mior	EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Luiz Cláudio de Vasconcelos	Infra-Estrutura Urbana
Luiz Fernando Santos Reis	Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON
Luiz Gladstone de Castro Almendra	Serviços Privados de Telecomunicações
Luiz Otávio Caldeira Paiva	Turismo: A Indústria do Novo Milênio
Luzia Guimaraes	Faculdade Cândido Rondon
Manassés Claudino Fonteles	UECE
Manoel Raymundo Garcia	Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente
Marcelo Ribeiro Moreira	Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul
Marcelo Silveira Rocha	ENERGIPE
Marcio Gomes Malta	Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB
Marcos da Cunha Ribeiro	Moore do NE
Marcos de Oliveira Ferreira	Previdência Social Básica

Nome	Organização
Maria Cristina Fischer Matos	Resseguro
Maria da Penha Amorin Shalters	SINDIPOSTOS
Maria de Lourdes de Sousa Maia	Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis
Maria do Perpétuo Socorro Alves de Souza	Corredor São Francisco
Maria do Rosário Partidário	Fac. Ciências e Tecnologia - Univ Nova de Lisboa, Portugal
Maria Helena Zockun	FIPE
Marília Sardenberg Zelter Gonçalves	Cooperação Científica e Tecnológica Internacional
Mario Benjamín Vera Wall	Ministério do Planejamento
Mário de Carvalho	Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
Mário Guilherme Sebben	DatasyS Cia de Processamento de Dados
Mario Mugnani Jr	FIESP
Mário Sérgio de Araújo	Banco do Nordeste
Martinho Cândido Velloso dos Santos	Navegação Interior
Nazareno Gomes	Federação Indústrias Estado de Rondônia
Nelson Brasil de Oliveira	ABIFINA - Assoc. Bras. das Ind. de Química Fina, Biotec. e suas especial.
Nelson F. M. Pfaltzgraff	PS Contax & Associados Auditores e Consultores
Nelson Gonçalves Galvão	Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial e Mineral
Nelson Pacheco Sirotsky	Grupo RBS
Noda Haruko	FIA
Noelio Pires	Banco do Nordeste do Brasil
Nuno Duarte Bittencourt	IBGE
Oduval Lobato Neto	Banco da Amazônia
Olívio Dutra	Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Oswaldo de Oliveira Nunes	Reassentamento de Itaparica
Otacilio Pedrinha de Azevedo	Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças
Otacílio Viana de Albuquerque	Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool
Otávio Augusto Gonçalves Jardim	Saneamento É Vida
Paulo Augusto da Costa Marinho	CPRM
Paulo de Oliveira	Formosa Supermercados e Magazine
Paulo Henrique Assumpção e Silva	Sistema FIEMG
Paulo Sélter	UFMT
Paulo Vargas	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Priscila Koeller Rodrigues Vieira	Ministério da Ciência e Tecnologia
Prof. Dr. João Sampaio Davila	AMBIENTEC
Raimundo Deusdará Filho	Florestar
Raymundo Nonato Botelho de Noranha	Secretaria Estado Indústria Comercio
Reinaldo Aparício Rodrigues	Indústria Petroquímica

Nome	Organização
Reinaldo Fernandes Danna	Ministério da Ciência e Tecnologia
Reinaldo Pena Lopes	Agricultura Familiar - Pronaf
Renata Maria Paes de Vilhena	Governo Eletrônico
Renato de Oliveira	Secretaria da Ciência e Tecnologia/RS
Ricardo Jose Soavinski	Ministerio do Meio Ambiente
Richard Dullely	Instituto de Economia Agrícola -
Roberto de Paula Avelino	Calha Norte
Roberto França Auad	Prefeitura Municipal de Cuiabá
Roberto Zaidan	Corredor Araguaia-Tocantins
Rodrigo Machado Malaspina	Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira
Rogério Vilas Boas Teixeira de Carvalho	Cia. Energética de Brasília
Rossana Ricciardi	R. Ricciardi M.E.
Rui Dias da Costa	SENAI
Sanelva Moreira Ramos de Vasconcelos Filho	Gestão Da Política De Transportes
Sergio Ferreira de Figueiredo	Investimentos em Petróleo e Gás
Sergio Luiz Rodrigues Novaes	Coplaenge Engenharia de Projetos
Sérgio Nunes de Souza	Cultura Exportadora
Sérgio Paz Magalhães	Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião de Águas Emendadas
Sergio Pinto Parreira	SABESP
Sérgio Sant'Anna Pegoraro	Construtora Pegoraro
Simão Davi Silber	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Simão Marrul Filho	Recursos Pesqueiros Sustentáveis
Tarcisio da Silva Siqueira	Produtividade da Citricultura
Toshiya Aoshima	Minolta Copiadoras do Amazonas Ltda
Valdemir Diniz	Banco do Brasil S/A
Valter Albano da Silva	Tribunal de Contas Estado MT
Vera Lucia Santos Ribeiro	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano
Wady Charone Junior	ELETRONORTE
Welson Diniz	Delegacia Regional do Ministério das Comunicações
Whitney Lacerda de Freitas	Proteção Da Amazônia
Wlanir Santana	Fecomercio
Yolanda T. Bruzamolín	Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo (Rád. América/Cidade)

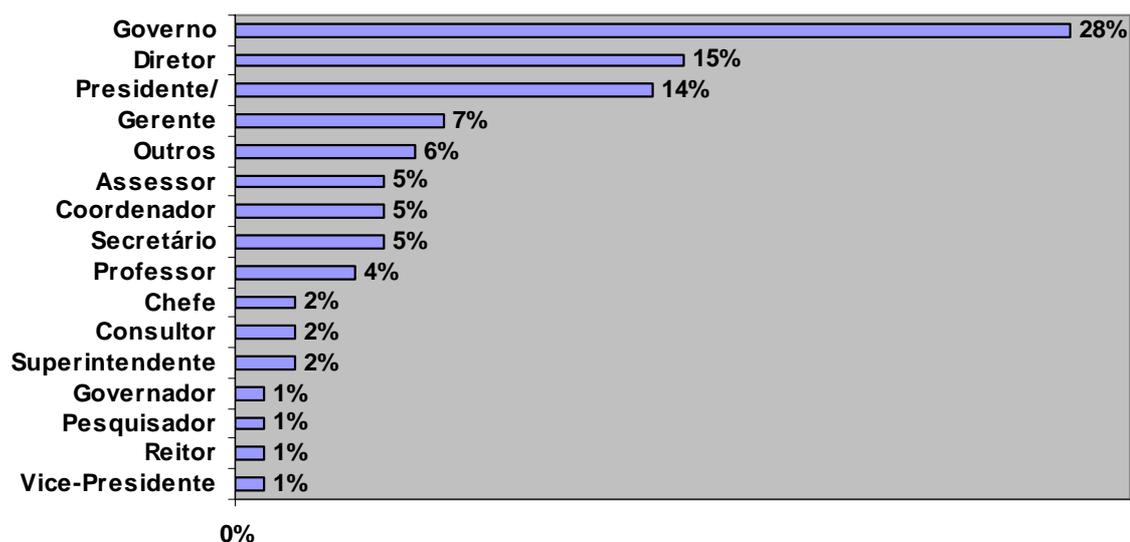
Total de respondentes: 212

Mailing total convocado: 450 nacional + 1200 regionais

2. CARGOS

Cargo	Número	Participação %
Governo	62	28%
Assessor	11	5%
Chefe	4	2%
Consultor	5	2%
Coordenador	10	5%
Diretor	32	15%
Gerente	15	7%
Governador	3	1%
Outros	14	6%
Pesquisador	3	1%
Presidente/ Sócio	31	14%
Professor	9	4%
Reitor	3	1%
Secretário	10	5%
Superintendente	5	2%
Vice-Presidente	3	1%

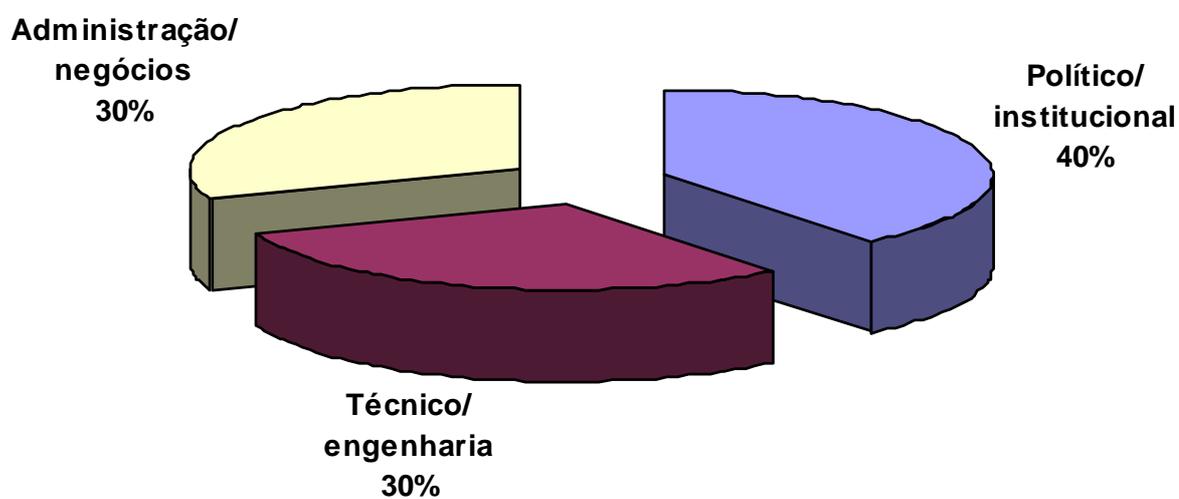
Figura 1: Cargos dos respondentes



3. CAMPO DE ATUAÇÃO

Campo de Atuação	Número
Administração/negócios	64
Político/institucional	82
Técnico/engenharia	64

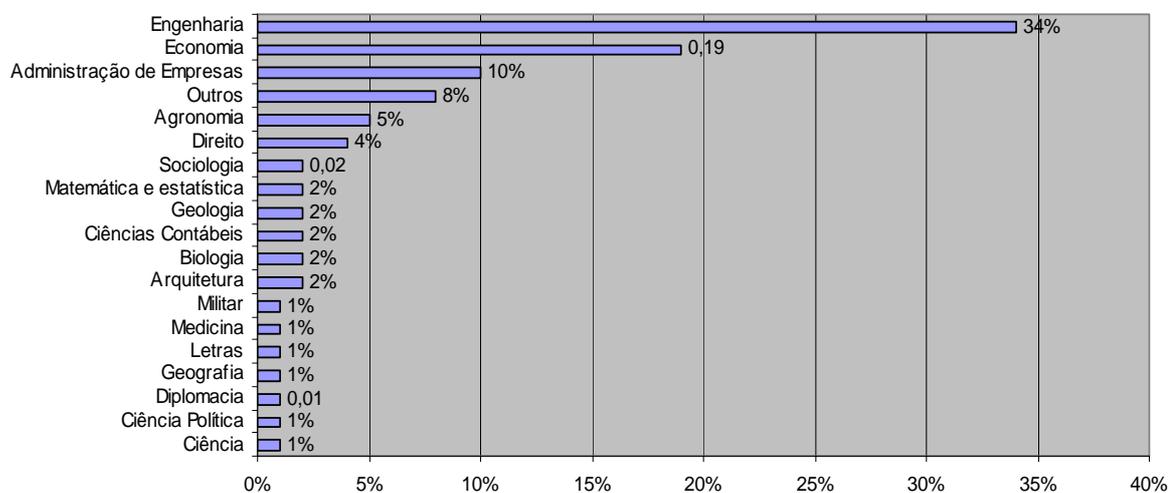
Figura 2: Campos de atuação dos respondentes



4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação Profissional	Número	Participação %
Administração de Empresas	22	10%
Direito	8	4%
Agronomia	11	5%
Arquitetura	4	2%
Biologia	5	2%
Ciência	3	1%
Ciência Política	3	1%
Ciências Contábeis	5	2%
Diplomacia	2	1%
Economia	39	19%
Engenharia	71	34%
Geografia	2	1%
Geologia	4	2%
Letras	2	1%
Matemática e estatística	4	2%
Medicina	3	1%
Militar	2	1%
Outros	16	8%
Sociologia	4	2%

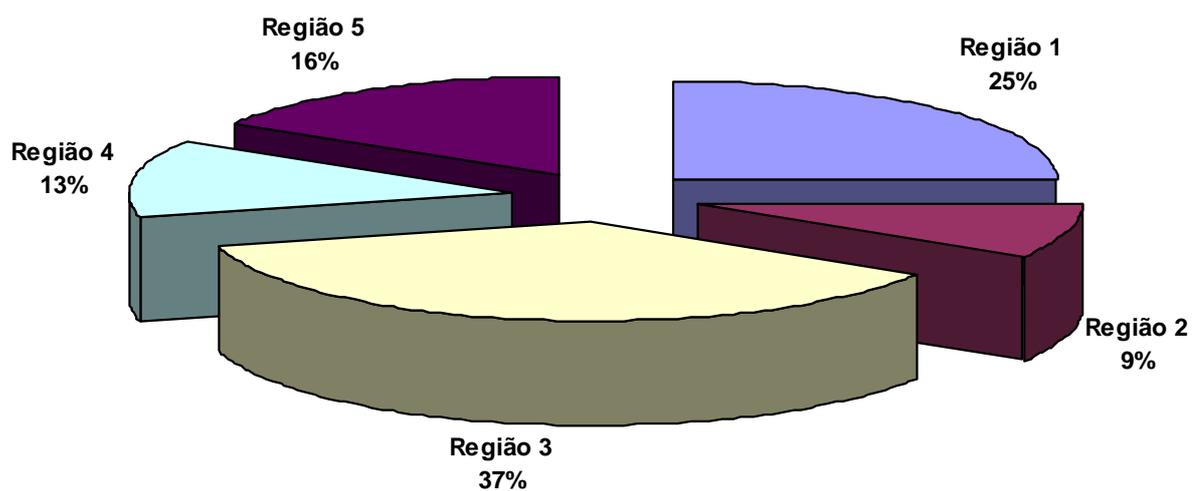
Figura 3: Formação profissional dos respondentes



5. PARTICIPAÇÃO POR REGIÃO

Região	Número	Participação %
Região 1 – Rede Sudeste e Eixo Sudoeste	54	25%
Região 2 – Eixo Sul	20	9%
Região 3 – Eixos Centro-Oeste e Araguaia-Tocantins	79	37%
Região 4 – Eixos Transnordestino e São Francisco	27	13%
Região 5 – Eixos Arco-Norte e Madeira-Amazonas	35	16%

Figura 4: Respondentes por Região



6. NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS RESPONDENTES

1 – Elevado

2 – Acompanha os debates

3 - Pouco

Questão	Médias
01	2,3
02	2,1
03	1,9
04	2,0
05	1,9
06	1,8
07	2,0
08	1,8
09	2,0
Total	2,0

B - Questões e resultados

1. COMÉRCIO INTERNACIONAL E PROTECIONISMO

1.1 *Conhecimento sobre o tema*

24 – 14%	78 – 44%	75 – 42%
Elevado	Acompanha os debates	Pouco

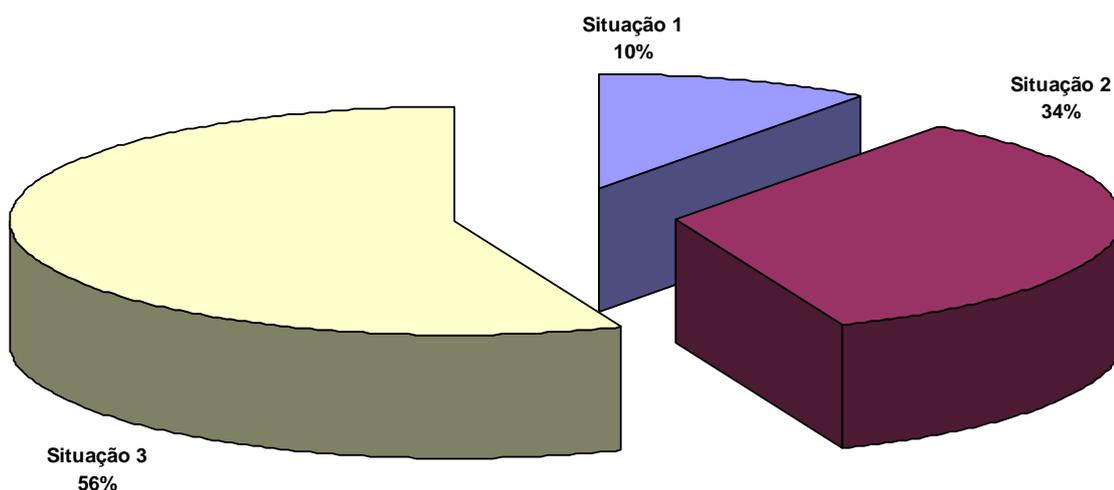
A participação das exportações brasileiras vem diminuindo em relação ao comércio mundial. O Brasil exporta muitos produtos de baixo conteúdo tecnológico, cujo valor de troca no mercado internacional está declinando. É necessário aumentar a participação de manufaturados e diversificar as exportações em direção a mercados dinâmicos e produtos de maior valor agregado. Seria importante reduzir o chamado "Custo Brasil" e incrementar o grau de inovação, o que permitiria tornar nossos produtos mais competitivos. Outra necessidade, é atuar politicamente para obter uma maior abertura dos mercados europeu, americano e asiático.

1.2 Perfil das exportações brasileiras

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
15 – 10%	52 – 34%	86 – 56%
Participação elevada de produtos primários (mais de 50%) e de produtos com baixo conteúdo tecnológico, com pouco dinamismo nas exportações.	Participação elevada dos manufaturados e de produtos com elevado valor agregado (mais de 70%), com grande dinamismo nas exportações.	Crescimento acelerado nas exportações, com forte evolução de produtos primários e de manufaturados, mantendo a composição atual da pauta (manufaturados representando 56%)

Figura 5: Perfil da exportações



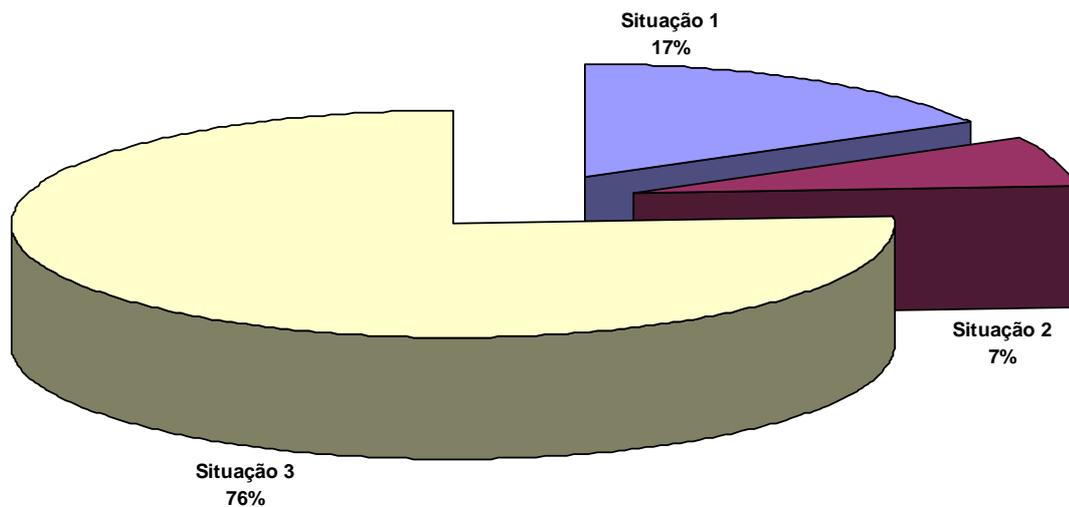
1.3 Parceiros comerciais

De um modo geral, as exportações brasileiras hoje se destinam à União Européia (26%), Estados Unidos (24%) e Aladi¹ (23%).

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
27 – 17%	11 – 7%	123 – 76%
Brasil participando da ALCA (Mercado Comum das Américas) e tendo essa área como seu principal mercado.	A União Européia recebendo a maioria das exportações brasileiras devido à retirada das barreiras que hoje existem.	O Brasil tendo um comércio mais equilibrado entre as regiões (Américas, União Européia e Ásia).

Figura 6: Probabilidades das situações



¹ Associação Latino-Americana de Integração – Aladi - Organismo intergovernamental que, continuando com o processo iniciado pela ALALC em 1960, promove a expansão da integração da região, objetivando garantir seu desenvolvimento econômico e social e tendo como meta final a criação de um mercado comum. - <http://www.aladi.org/>

1.4 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.*

Parceiros Comerciais

- A integração com a ALCA será maior que com as demais áreas de comércio. Comércio diversificado e intensivo em tecnologia mediana.
- UE muito compromissada com o leste europeu e África e o Brasil não é sua prioridade. O comércio seguirá o padrão americano, mas com mais intensidade de produtos primários.
- A Ásia poderá ser uma área de grande expansão para a produção de alimentos brasileiros.
- Vencer as barreiras protecionistas dos países desenvolvidos.
- Com preços competitivos, produtos de qualidade e muita negociação as barreiras protecionistas de alguns países poderão ser vencidas.
- A conquista de novos mercados, principalmente no continente asiático, vai contribuir para incrementar as exportações.
- As oportunidades da ALCA são inquestionáveis. Portanto o Brasil não pode nem deve deixar de articular sua participação. Porém, é fundamental que o país possa negociar sua entrada no Bloco de forma positiva aos interesses nacionais e proporcional ao tamanho de seu mercado e de sua importância no continente americano.
- Atuar nos foros internacionais para discutir sobre o tema do preço justo das matérias primas e dos produtos industrializados, que permita remunerar corretamente aos produtores e ao meio ambiente.
- Diversidade de mercados, assegurar não apenas a exportação de produtos primários mas tirar mais-valias da transformação das matérias-primas e, portanto, criar riqueza.

Pauta de exportações

- Não se deve ter uma mudança radical na distribuição, nem setorial nem geográfica, das exportações brasileiras. Provavelmente, as Américas ganharão importância como um todo - o que poderá alavancar as exportações de manufaturados - mas a UE deverá absorver também um valor mais elevado de produtos brasileiros graças à melhoria das condições de acesso proporcionadas pelo acordo de livre comércio. As exportações para a Ásia deverão continuar a perder importância - talvez a única exceção sendo a China.
- Um cenário desse tipo - crescimento relativamente equilibrado para os dois maiores parceiros do Brasil (Américas e Europa) - tem consequências positivas: a variedade de produtos exportados e de parceiros torna o país menos vulnerável a mudanças no ambiente econômico de uma determinada região.
- O Brasil precisa identificar com muita precisão suas vantagens naturais e maximizar sua eficiência nelas. A melhoria da infra-estrutura para exportações do Centro Oeste é exemplo do que precisa ser feito. Por outro lado, é ilusão pensar que o Brasil será um pólo dinâmico global para produtos de alto valor agregado enquanto não melhora substancialmente sua base educacional. Já houve progresso no governo FHC, mas (a) está muito aquém das necessidades, e (b) mesmo com a implementação de programas realmente fortes (que não é o caso) os resultados podem demorar uma geração para aparecer.
- Melhorar a qualidade dos produtos manufaturados, inclusive compreender a respeito da qualidade exigida pelos consumidores estrangeiros; adotar tecnologia de ponta para aumentar os níveis gerais de produtividade; melhorar os níveis gerais de educação dos trabalhadores (anos de escolaridade) e treiná-los continuamente; melhorar as embalagens contra a contaminação por agênes exógenos, automatizar e modernizar os portos nacionais, reduzindo o tempo de permanência dos navios; reduzir os custos de exportações, inclusive as taxas cobradas nos portos.
- Reforma tributária para o setor, diminuindo a carga tributária hoje existente em cascata.

- Implementar uma política industrial visando ao desenvolvimento (ou à consolidação) dos setores com forte vocação exportadora (ou em condições de adquirir esse status), centrada em incentivos à P&D e estabelecer linhas de financiamento de longo prazo, seja para investimentos de capital seja para o “*trade finance*”.
- Aumento expressivo dos investimentos voltados à educação, principalmente na formação de técnicos de nível médio.
- Manutenção de um regime cambial tipo “*dirty float*” por parte do BC, com o objetivo de manter a desvalorização real da moeda.
- Haverá um crescimento das exportações de produtos manufaturados e primários.
- A ALCA criará fortes dificuldades para a alteração da pauta de exportações, em benefício de produtos de maior valor agregado. A participação destes na pauta de exportações tenderá a depender fortemente de empresas internacionalizadas, com conseqüências negativas em termos da capacidade nacional de planejamento econômico estratégico, impacto negativo na distribuição da renda e da riqueza e manutenção dos desequilíbrios regionais.
- Dispondo hoje de comércio diversificado e balanceado em termos de destinos e pauta, o Brasil deve prosseguir com a mesma composição da matriz exportada. Ao mesmo tempo, deve eleger setores prioritários, no qual apresenta ou pretende adquirir vantagens comparativas, investir neles, e penetrar ou expandir suas exportações nesses mercados.
- Desafio: O Brasil precisa ampliar sua participação em todos os mercados internacionais de produtos em que tenha vantagem comparativa, que são os trabalho-intensivos e recursos naturais-intensivos. Ações específicas de grande valia seriam a promoção comercial; o desenvolvimento de marcas próprias; o investimento brasileiro no exterior, para o fornecimento de assistência pós-venda e presença nos mercados.
- Implicações: ao concentrar esforços nos produtos em que temos maior vantagem comparativa, a ampliação do emprego (especialmente de menor

qualificação) se intensifica. Tratando-se de produtos de tecnologia menos sofisticada, menor é a exigência de capitais na sua produção (isto é, são produtos de menor relação capital/trabalho), liberando a poupança interna para usos mais próprios a países pobres, carentes de capital. Esses produtos são normalmente os de consumo popular. Ampliando pela exportação a escala de produção desses produtos, espera-se maior redução de custos, tornando-os acessíveis, também, para a população brasileira de menor renda. Desse modo, tanto pela ampliação do emprego de menor qualificação quanto pela redução dos custos, é promovida melhor distribuição de renda; esta, por sua vez, amplia a escala do mercado interno (ao trazer para o mercado a população atualmente à margem dele), tornando a produção dos bens de consumo de massa mais baratos, o que os tornaria ainda mais competitivos no mercado internacional.

- Redução do “Custo Brasil”, principalmente da carga tributária sobre a produção, e melhoria da infraestrutura.
- Aumento da produtividade na produção primária.
- Redução das barreiras externas aos produtos primários brasileiros.
- O nível tecnológico dos produtos brasileiros ainda será deficiente, em relação aos EUA e UE. O Governo deverá aportar muito mais recursos para a pesquisa se quiser mudar essa tendência.

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL, TERRITÓRIOS E ZONAS ECONÔMICAS EXCLUSIVAS

2.1 *Conhecimento sobre o tema*

11 – 7%	109 – 72%	32 – 21%
Elevado	Acompanha os debates	Pouco

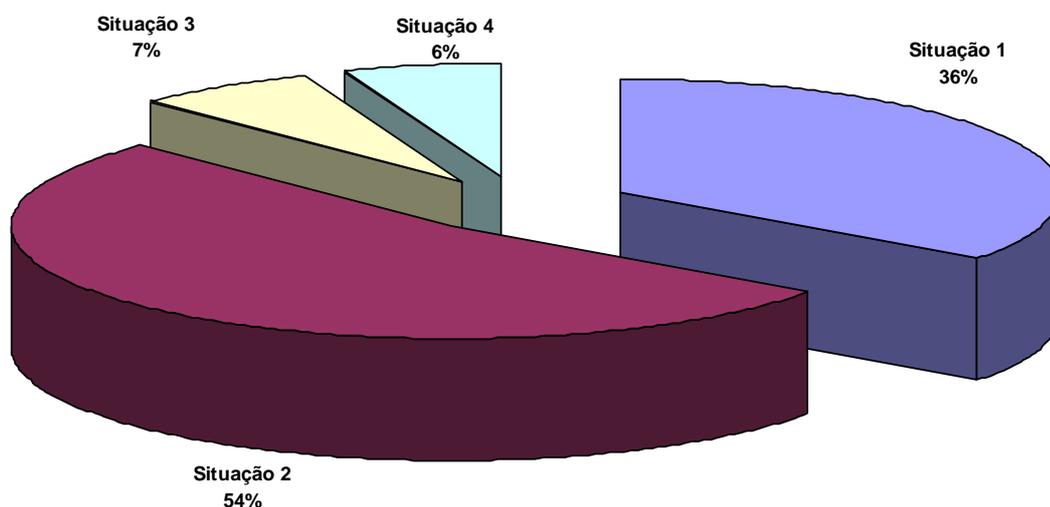
A Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) tem como objetivo a integração da região, em projetos de energia, transporte e telecomunicações, e iniciativas para a integração comercial. Já foram feitas duas reuniões de nível presidencial, entre 12 países, nas quais foram discutidas metas de incremento de crescimento, de forma sustentada, e a distribuição dos resultados de forma justa para a sociedade. Constatou-se que será necessário aumentar tanto a competitividade da região como sua produtividade. Somado a isso, será importante a implantação de políticas que assegurem a redução da pobreza e a conservação do meio ambiente.

2.2 Integração sul-americana

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
50 – 36%	76 – 54%	10 – 7%	4 – 3%
Integração plena da infra-estrutura e do comércio da região, com livre circulação de mercadorias.	Há uma evolução favorável da integração da infra-estrutura, mas permanecem importantes barreiras não tarifárias ao comércio intra-regional.	O nível de integração física e comercial é semelhante à situação de 2002.	As divisões políticas e o protecionismo se manifestam na região, aumentando as barreiras à integração física e econômica da região.

Figura 7: Probabilidades de integração sul-americana

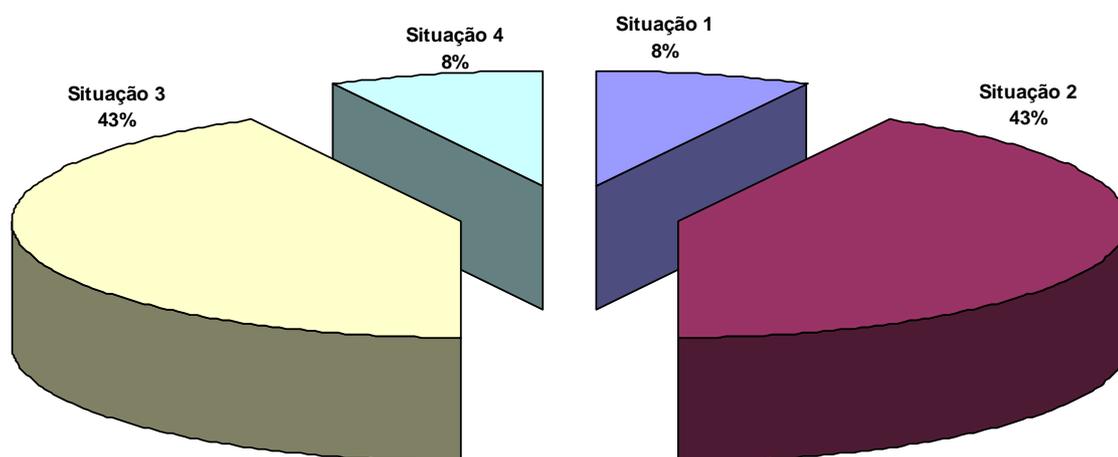


2.3 Mercosul

Qual a sua visão sobre a situação do Mercosul em 2020?

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
11 - 8%	59 - 43%	60 - 43%	8 - 6%
Evoluirá na direção de se tornar um efetivo mercado comum, porém limitado aos membros atuais.	Incorporará a maioria dos outros países da América do Sul, como um efetivo mercado comum.	O Mercosul perde a importância em função da prevalência da Alca.	Nenhum mercado comum abrangente existirá na América do Sul em 2020.

Figura 8: Situação do Mercosul em 2020



2.4 Quais serão as implicações da situação prevista de integração sul-americana?

- As implicações são várias: implicações políticas, redundando na estabilização e democratização de todo o processo político dos países componentes do Mercosul; implicações sociais e econômicas, em função da necessária estabilização das respectivas economias nacionais e da vida econômica e financeira da população; avanço tecnológico da base industrial sul-americana, para competir em melhores condições com os norte-americanos e europeus e, em alguns casos, com os asiáticos; implicações educacionais, com elevação da

escolaridade no Brasil; reciclagem e treinamento de mão-de-obra. Implicações na melhoria geral dos indicadores sociais e econômicos, notadamente no Brasil.

- Ganhos de escala, integração comercial e regional, crescimento da renda e do emprego.
- Difícil alinhamento das políticas macroeconômicas dos países-membros.
- Dezoito anos não é tempo suficiente para alterar a situação na América do Sul. As diferenças econômicas entre os países da região são muito elevadas e as crises econômicas e políticas são decorrentes delas. A prevalência desses fatores não constitui ambiente propício à construção de um mercado comum.
- A incapacidade dos países da região de transformar em fatos concretos os propósitos de integração e, sobretudo, a ausência de projetos de integração fundados no desenvolvimento conjunto de altas tecnologias aplicadas ao setor industrial limitarão as possibilidades do sub-continente tirar proveito da integração do mercado continental. Além disso, a instabilidade política dos países do Mercosul, impedindo que este se torne uma referência para a região, dificulta o fortalecimento da única trincheira plausível de resistência aos propósitos hegemônicos norte-americanos e, conseqüentemente, uma negociação minimamente eqüitativa do futuro mercado comum continental.
- No âmbito da América do Sul existirá uma maior integração, com ampliação da infra-estrutura internacional, mas as pressões norte-americanas serão muito fortes em favor da ALCA.
- Novas estratégias políticas e um consenso dos governos sul-americanos, após análise das propostas da ALCA.
- O Mercosul evoluirá à custa da integração Argentina-Brasil, que serão sempre os membros importantes. Chile já fez sua escolha de não membro, por entender ser mais pragmático permanecer como um país de múltiplos acordos.
- Redução das disparidades entre os participantes; redução das disparidades sociais de cada participante; estabilização econômica e política entre os

participantes; redistribuição da atividade econômica, buscando respeitar vocações e níveis de competitividade.

- A integração virtuosa da América do Sul, via infra-estrutura física e de comunicações; fluxos de comércio, capitais e tecnologia; e movimentos populacionais produtivos, associados ao turismo e à oferta de mão-de-obra, permitirão à região livrar-se da integração viciosa das redes criminais transnacionais - narcotráfico, tráfico de armas, guerrilha e terrorismo - de modo autônomo, porém integrado ao sistema internacional. Essa "autonomia integrada" tem no Brasil um líder natural.
- Hegemonia brasileira, seja para atender seus interesses nacionais - principalmente, a integridade das fronteiras, a manutenção da paz interna e o desenvolvimento sócio-econômico de sua população -, seja para aumentar seu poder relativo no mundo, a partir da organização do espaço de atuação natural do Brasil: a América do Sul e o Atlântico Sul.
- Se o país liderar um posicionamento pró América do Sul, podemos pensar num continente integrado, caso contrário, poderemos nos tornar agregados dos países líderes do Bloco.
- Surgimento de empresas transnacionais sul-americanas. Movimento migratório. Liderança do Brasil.
- Na área de energia elétrica, a maior implicação será um aumento do intercâmbio entre os países.
- No caso do Brasil, onde predomina a geração hidroelétrica, seria possível exportar energia em períodos hidrológicos favoráveis a preços competitivos (energia secundária) e importar em períodos secos.

3. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3.1 *Conhecimento sobre o tema*

45 - 23%	130 - 65%	24 - 12%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

A Convenção sobre o Clima, adotada na Rio-92, prevê que os países industrializados deverão reduzir suas emissões de gases que provocam o efeito estufa. Já os países em desenvolvimento não estão sujeitos a tais limitações porque o seu crescimento econômico exige maior consumo de combustíveis fósseis. O Protocolo de Kyoto (de 1997, ainda não ratificado por todos os países, e, em especial, pelos EUA), criou vários mecanismos de “flexibilização”, para reduzir as emissões desses gases para o conjunto dos países industrializados.

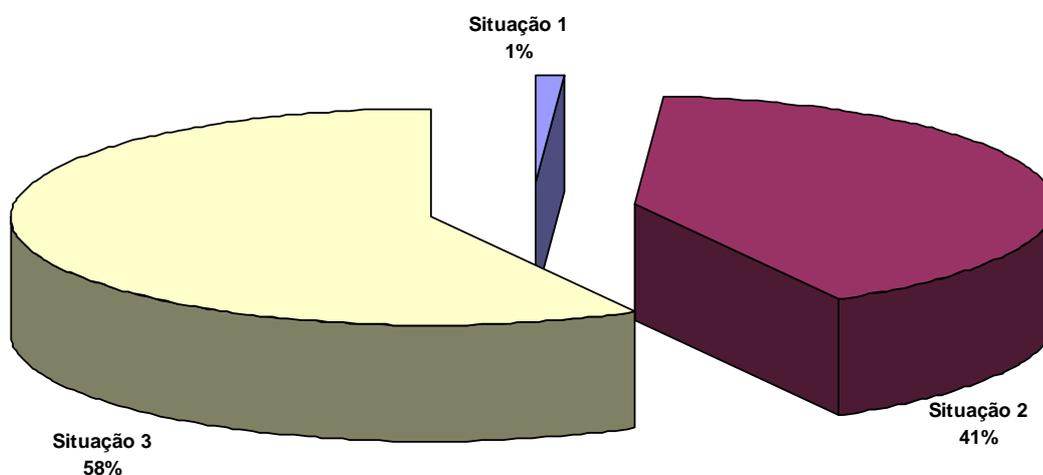
Desenvolvimento limpo - Os países industrializados terão de reduzir suas emissões em cerca de um bilhão de toneladas de carbono por ano, dentro de dez anos. Projetos implementados em países em desenvolvimento, como o Brasil, poderão ser aceitos como uma das formas de cumprir o Protocolo de Kyoto.

3.2 Poluição global

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
1 - 1%	76 - 51%	71 - 48%
A conscientização quanto à poluição global e questões do Meio Ambiente é pequena. Protocolo de Kyoto não é ratificado pela maioria dos países. Brasil interrompe projetos de Desenvolvimento Sustentado que atendam à Convenção do Clima.	A conscientização quanto à poluição global e sustentabilidade aumenta no mundo. O Protocolo de Kyoto é ratificado pela maioria dos países, inclusive os EUA. As exportações, necessariamente, obedecem às convenções internacionais sobre a conservação do meio ambiente e a produção sustentável. Investimentos internacionais importantes são direcionados ao Brasil para projetos de preservação ambiental, biodiversidade e seqüestro de carbono via biomassa.	Crescente conscientização mundial em relação à poluição global e meio ambiente. O Protocolo de Kyoto é ratificado, até 2010, com fortes restrições. A questão ambiental atua como barreira não tarifária, em muitos casos, mas alguns projetos com forte perfil ambiental atraem investimentos, em especial na Europa.

Figura 9: Poluição global



3.3 Água

A expansão demográfica no Planeta coloca em risco a disponibilidade de oferta de água de qualidade e a água transforma-se em item estratégico da economia mundial. O país, embora tenha recursos hídricos hoje abundantes (Aquífero Guarani – maior reservatório subterrâneo da América do Sul), enfrenta sérias dificuldades para abastecer sua população com água potável de qualidade. Uma razão é a carência de investimentos na captação, tratamento e distribuição; 20% dos domicílios brasileiros não são atendidos por rede de água e apenas 50% pela coleta de esgotos. Acrescente-se a estas carências a necessidade de irrigação, geração de energia, transporte fluvial (comportas), e os usos múltiplos da água.

Qual a situação prevista para 2020, quanto à disponibilidade de água?

Região	Escassez muito grande, limitações severas de oferta.	Limitação de oferta para os usos múltiplos, mas sem escassez grave.	Disponibilidade de água de qualidade atendendo a todas as necessidades.
	Situação 1	Situação 2	Situação 3
Sul	11 - 7%	83 - 56%	53 - 37%
Sudeste	39 - 26%	89 - 60%	21 - 14%
Centro-oeste	18 - 12%	94 - 63%	38 - 25%
Nordeste	93 - 62%	54 - 36%	3 - 2%
Norte	8 - 5%	51 - 34%	90 - 61%

Figura 10: Água – Região Sul

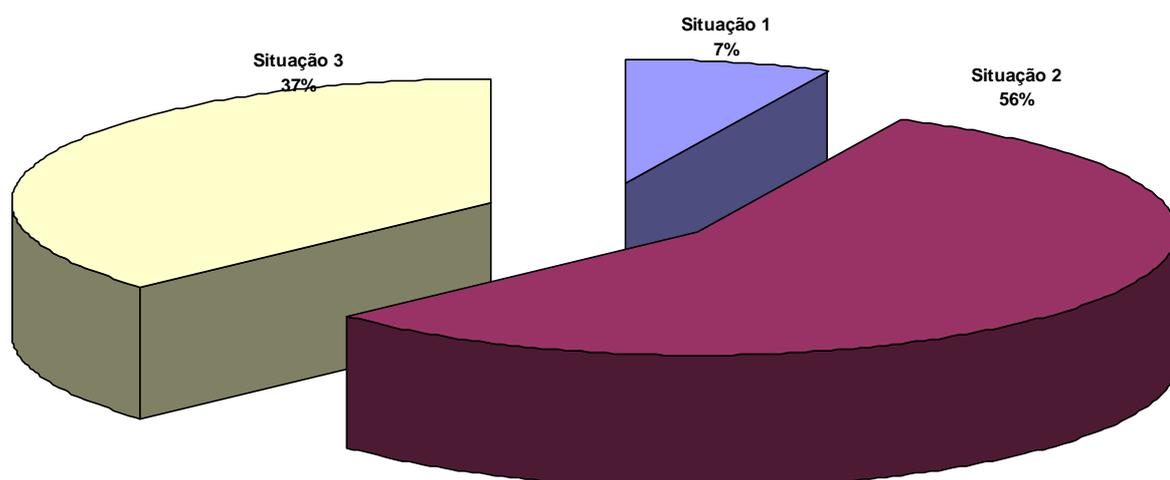


Figura 11: Água – Região Sudeste

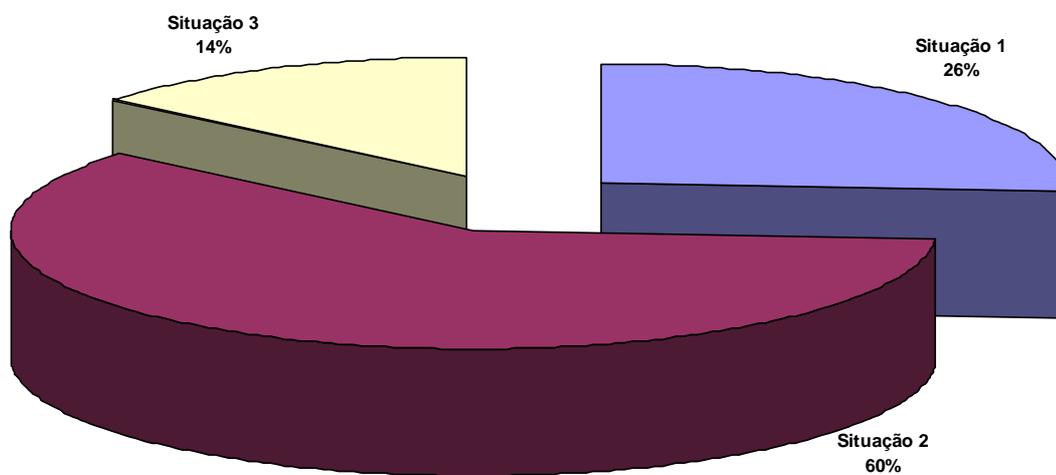


Figura 12: Água – Região Centro-Oeste

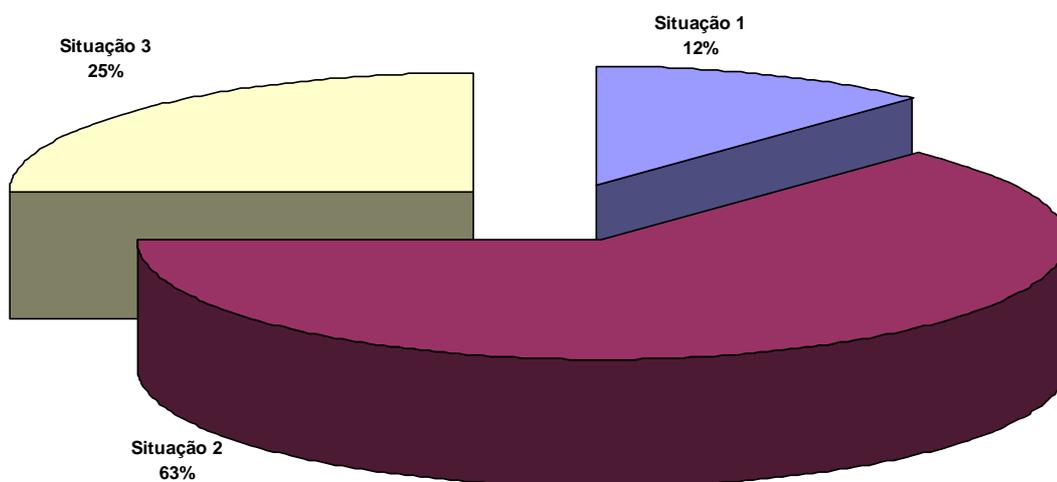


Figura 13: Água – Região Nordeste

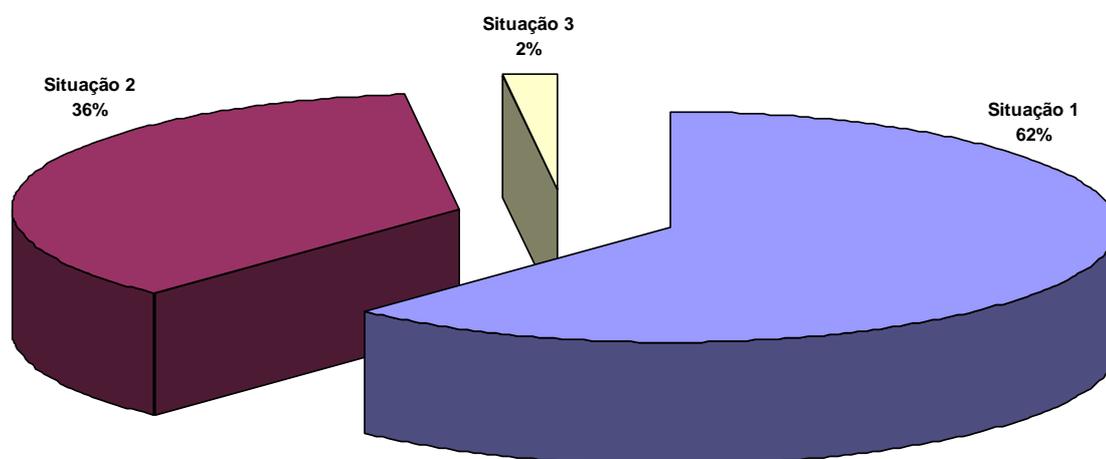
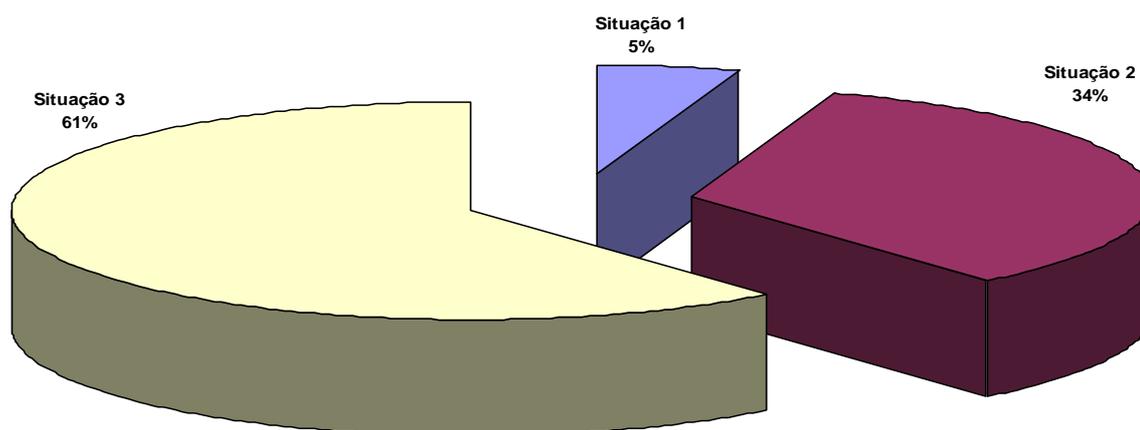


Figura 14: Água – Região Norte



3.4 Biodiversidade

A exemplo do que aconteceu na maioria dos países desenvolvidos, a Mata Atlântica foi reduzida a cerca de 8% do que era originalmente. Isto torna as precauções de preservação dos recursos da Amazônia uma tarefa inadiável. A floresta tropical úmida da Amazônia contém entre 15 a 20% do número total de espécies do planeta, a maioria das quais ainda pouco pesquisadas. O emergente biomercado e o conhecimento tradicional sobre a biodiversidade surgem como possibilidade para novos materiais, medicamentos, princípios ativos, alimentos, perfumes, conservantes, sal vegetal, variedades de plantas, sementes, pesticidas orgânicos e frutas. Tal potencial remete ao tema dos direitos de propriedade intelectual de seus detentores, de seu acesso ao mercado e de sua proteção no habitat de origem.

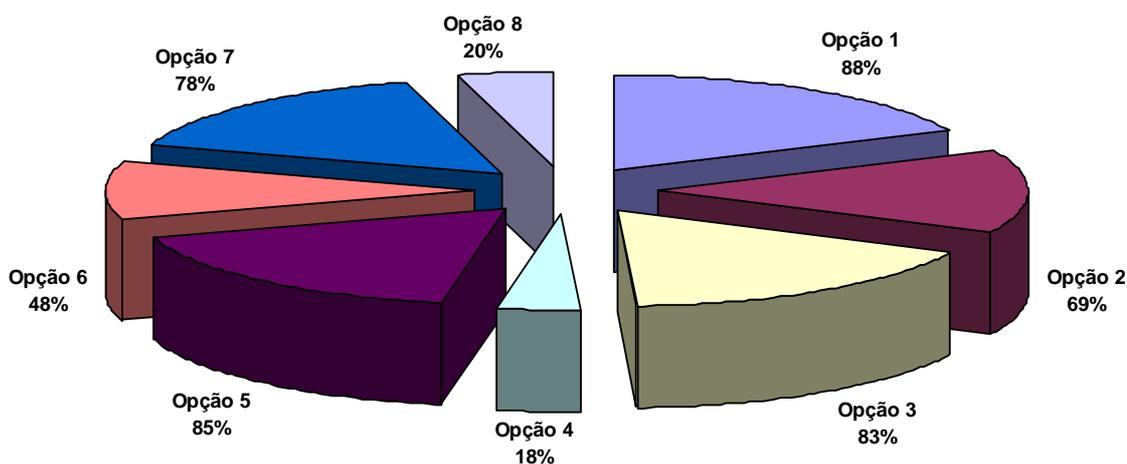
Três quartos das drogas utilizadas pelo receituário médico derivam de plantas descobertas por meio do conhecimento tradicional indígena. O aproveitamento da biodiversidade no mercado transformou-se em um negócio expressivo: a venda de medicamentos derivados de plantas, nos Estados Unidos, já alcança mais de US\$ 15 bilhões/ano.

Quais serão as principais tendências até 2020 sobre o uso, o aproveitamento econômico sustentável, a preservação e a adequada compensação do conhecimento sobre a biodiversidade?

3.5 *Selecione as cinco tendências ou discontinuidades mais importantes até 2020.*

88%	1. Parcerias entre Governos, Ambientalistas e Setor Privado criando formas de exploração dos produtos da floresta, sob o conceito estrito de desenvolvimento sustentável.
69%	2. Criação de parques e reservas de proteção ambiental.
83%	3. Exploração do Turismo Ecológico.
18%	4. Proteção e assistência à especificidade dos grupos culturais inseridos em regiões de preservação.
85%	5. Exploração de marcas específicas, selos verdes e certificados de conformidade ambiental.
48%	6. Criação e ampla utilização de Banco de Dados sobre Biodiversidade.
78%	7. Legislação específica de proteção e exploração sustentável da Biodiversidade.
20%	8. Um programa de integração sócio-econômica sustentável dos povos indígenas, preservando e valorizando sua cultura nativa.

Figura 15: Biodiversidade



3.6 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.*

- A água não é necessariamente um bem escasso no Brasil, em termos de quantidade, mas poderá ser em termos de qualidade. As regiões menos desenvolvidas terão dificuldades de impor as infra-estruturas e os rigorosos padrões de qualidade necessários para manter essa qualidade. No entanto, essa deverá ser a prioridade. As zonas metropolitanas têm problemas graves de urbanidade social, que estão a montante do problema da água e que têm muito mais urgência de serem resolvidos - quando estiverem em percurso de serem resolvidos, o problema da água também se irá resolver, pois aí os recursos econômicos não serão tão escassos.

Quanto à biodiversidade, essa é uma mais valia no Brasil, que dela deve tirar partido, do ponto de vista político e comercial / econômico. Representa um capital de recursos muito grande, que não é impossível de ser recuperado, de algum modo, e menos ainda ser utilizado de modo sustentável. Para tanto são necessárias medidas que permitam uma fiscalização muito forte e instrumentos legais e de planejamento que garantam o cumprimento, e indiquem o que deve ser feito, com que nível de prioridade e com que recursos. Os incentivos que criam a valorização dos produtos associados à floresta, como os selos e certificados de qualidade, são muito importantes e devem constituir prioridade, bem como adequados mecanismos de controle. A cultura indígena é outro dos conjuntos de valores que diferenciam o Brasil - numa era de globalização em que o risco é a grande tendência para a uniformização dos mercados e dos produtos, sendo a essência humana e social, por natureza, essencialmente diversa, o que vai constituir mais-valia será o que for diferente! Essa aposta na diferença poderá ser uma bandeira importante para marcar valor e importância numa sociedade globalizada.

- A redução da estratégia autoritária do "comando e controle" e o aumento da estratégia democrática de parcerias e pactos, apoiadas em incentivos econômicos e demandas de mercados mais exigentes, deverão proporcionar um avanço mais consistente no desenvolvimento sustentável com proteção do meio ambiente, na valoração das culturas locais, na diversificação da pauta de

exportação brasileira e na maior agregação de valor aos produtos exportados pelo país. Tal visão depende da abertura de mercados para mais produtos sustentáveis certificados. O Brasil terá grandes oportunidades, tanto na escala regional quanto global, mas o aproveitamento dessas oportunidades dependerá de iniciativas criativas.

- Serão crescentes as resistências a produtos fabricados sem os devidos cuidados ambientais. O maior desafio é desenvolver o país de forma sustentável, sem perder competitividade.
- É uma questão de sobrevivência e bom-senso. Nós somos inquilinos do planeta Terra. Cuidar do meio ambiente é cuidar da “nossa casa”.
- Implicações: havendo uma legislação adequada e motivando-se o uso sustentável de nossa biodiversidade, e conseqüente biotecnologia, nosso país se colocará bem, na nova onda de desenvolvimento.

4. DEMOGRAFIA, AMADURECIMENTO DO PERFIL ETÁRIO E QUALIDADE DE VIDA

4.1 *Conhecimento sobre o tema*

22 - 13%	122 - 73%	22 - 13%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

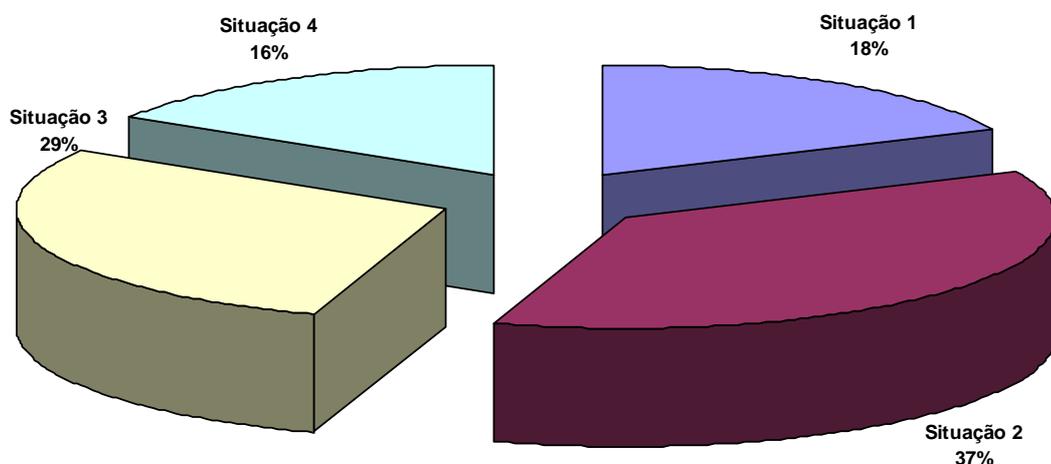
Os dados do IBGE, de 2000, indicam que a população brasileira é de aproximadamente 170 milhões de habitantes, dos quais 82% moram em áreas urbanas. A população do País é considerada “adulta”, pois 55% têm entre 19 e 59 anos de idade, e o contingente de pessoas maiores de 60 anos poderá chegar a quase 15% da população em 2020. As principais fontes de rendimentos dos idosos são as aposentadorias e pensões. O País deve preparar-se para gerar recursos para o enorme contingente de idosos que teremos em 2020.

4.2 Amadurecimento do perfil etário

Levando em consideração o aumento previsto no percentual de idosos, avalie qual é a situação futura mais provável em 2020. (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
23 - 18%	45 - 36%	37 - 29%	20 - 16%
Os idosos continuarão a trabalhar, em sua maioria, em empregos regulares de 8 horas/dia, com ou sem carteira assinada, para complementar sua aposentadoria, competindo com os mais jovens no mercado de trabalho. A renda adicional fará com que o idoso represente um mercado consumidor importante e em franco crescimento até 2020.	Os idosos, em sua maioria, procurarão novas carreiras, em atividades fisicamente mais leves, e com horários flexíveis. A jornada de trabalho mais curta e flexível permitirá conciliar atividades de lazer e descanso, e permitirá às empresas fazer frente às flutuações de demanda com contratos temporários de trabalho em tempo parcial. Essa renda complementar permitirá algum estímulo ao consumo de produtos de saúde, lazer, turismo, estudo, etc.	Os idosos farão parte de um grande contingente de aposentados, excluídos do mercado de trabalho e com poucas opções de consumo e lazer, devido ao baixo nível de renda. Os idosos e aposentados continuarão a viver predominantemente como agregados de famílias estendidas, contribuindo com sua aposentadoria para a renda familiar.	A reforma do Sistema de Previdência permitirá alcançar um nível adequado de equilíbrio econômico, com equidade na distribuição dos benefícios. A maioria dos aposentados de menor renda conseguirá manter um padrão de vida próximo ao de seu perfil de contribuição ao sistema, permitindo uma vida saudável, combinando lazer, educação continuada e trabalho ocasional, como uma opção, não uma necessidade absoluta.

Figura 16: Amadurecimento do perfil etário



4.3 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020*

- Reforma da legislação trabalhista.
- Aumento do segmento de serviços específicos para o público em questão.
- Crescimento da previdência privada.
- A reforma previdenciária, sobretudo da pública, será o grande desafio nacional nos próximos 20 anos, com enorme dificuldade (política) de se tornar realidade.
- O país está envelhecendo e não nos demos conta. Os conceitos em relação à terceira idade não se transformarão nos próximos 15 ou 20 anos.
- O maior desafio é estruturar a produção de forma a criar oportunidades de trabalho para pessoas aposentadas.
- A tendência é ocorrer uma flexibilização na legislação trabalhista, de tal sorte que os aposentados possam voltar ao mercado de trabalho sem os mesmos encargos trabalhistas de um trabalhador não aposentado.
- Melhores informações e decisões políticas, observando as tendências de outros países.
- Reforma do sistema previdenciário visando a, principalmente, aumentar a contribuição dos funcionários públicos inativos e, dessa forma, gerar os recursos necessários ao financiamento dos benefícios atuariais.
- Desafios: A reforma da Previdência Social, mudando do regime de repartição para o de capitalização, é uma exigência reconhecida em todo o mundo e no Brasil também. Ainda que politicamente difícil de implementar, dezoito anos é tempo suficiente para organizar a mudança sem traumas, especialmente entre os servidores públicos. A velhice pobre sempre será assistida sem contribuição prévia, sendo o financiamento da aposentadoria desse segmento realizado pela Assistência Social, com recursos tributários gerais e não através de planos de aposentadoria convencionais.
- Implicações: Tal reforma eliminará a principal fonte de desequilíbrio nas finanças públicas e carreará recursos de longo prazo para o mercado de capitais,

favorecendo os investimentos (e portanto o crescimento da produção e do emprego). Na área pública, ao se eliminarem regras associadas ao atual sistema - como a exigência de reajustes nas aposentadorias iguais aos concedidos aos salários dos ativos - permitirá o pagamento de salários melhores aos servidores em atividade, que atualmente são inibidos por causa daquela regra.

- Haverá em 2020 uma mudança da atual situação de desempregados idosos, principalmente pela atuação dos governos, que terão de desenvolver programas para essa classe de profissionais, ainda com grande potencial de trabalho.
- Mudanças ocorridas na estrutura populacional; o crescimento exponencial da população brasileira com 60 e mais anos de idade, a longevidade e a queda da fecundidade acarretam conseqüências sociais, culturais, econômicas, políticas e epidemiológicas no país.
- Haverá um recrudescimento na demanda por serviços e equipamentos públicos, sobretudo dos serviços de saúde, esportes e lazer e atenção geral aos idosos, para cujo atendimento o país não está preparado.
- A ampliação da expectativa de vida, longe de significar a melhoria da qualidade de vida, face ao baixo nível de renda da maior parte da população, implica na extensão da fase produtiva dos idosos, sem que possam competir com os mais novos no mercado de trabalho, e dificulta a conciliação das atividades produtivas com o lazer.
- Desafios: A promoção de uma mudança de cultura capaz de assegurar a participação, o convívio e a integração do idoso com as demais gerações.
- O reconhecimento do idoso como cidadão e, portanto, portador de direitos, mediante a criação e oferta de condições para o funcionamento de canais próprios e autônomos de participação desse grupo social no planejamento e gestão das políticas públicas específicas.
- O atendimento às demandas de serviços de saúde, esportes, recreação, lazer, etc., voltados prioritariamente para a parcela da população de idosos pobres, associando o crescimento quantitativo com a melhoria da qualidade de vida.

- A implementação de um sistema de informações sobre as políticas, serviços, planos, programas e projetos de atenção ao idoso, que permita o monitoramento e controle, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos.
- A adequação dos espaços, equipamentos e serviços públicos de transporte, lazer, etc., garantindo acessibilidade à população idosa.
- O mercado de trabalho para os mais idosos continuará marginal e a concorrência dos mais jovens é crescente, principalmente com o advento das novas tecnologias da informação.
- O mercado representado pelos idosos estará concentrado nas camadas de altas rendas. Nas camadas de menor poder aquisitivo, maioria da população, os idosos pesarão no orçamento familiar, sendo um fator de influência negativa na mobilidade social ascendente dos indivíduos mais jovens destas camadas. Uma reforma do sistema previdenciário, para ser efetivamente democratizante, deveria ser parte de um processo mais amplo de reforma política, que fortalecesse a transparência das instituições e ampliasse os mecanismos de representação dos interesses da sociedade civil.
- O número de empregos tende a diminuir, por conta da automação e informatização. Por outro lado, a especialização das atividades será uma realidade cada vez maior. Os idosos disputarão, por necessidade, espaços em condições desfavoráveis e nada indica que o País lhes oferecerá algo além de passe livre nos transportes coletivos e descontos nas farmácias.

5. TRABALHO, RENDA E DESIGUALDADE, POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL

5.1 Conhecimento sobre o tema

26 - 19%	101 - 75%	8 - 6%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

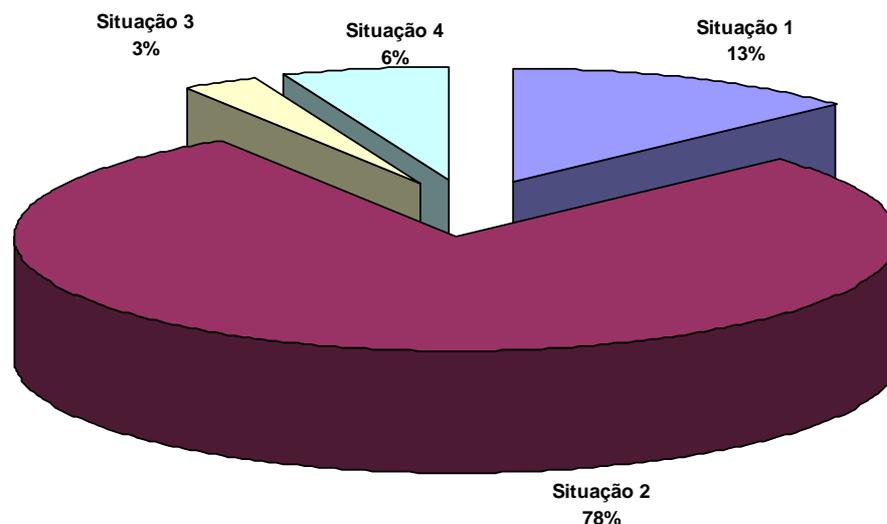
5.2 Distribuição de renda

O Brasil possui um dos piores índices de distribuição de renda do mundo, onde os 10% mais ricos possuem 47,6% da renda, e os 10% mais pobres possuem 0,9% da renda (Fonte: IBGE / PNAD).

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

	Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
	17 - 13%	107 - 79 %	4 - 3%	8 - 6 %
	Distribuição de renda semelhante à da Itália em 2000	Aprimoramento moderado da distribuição de renda	Permanece a mesma distribuição atual	Aumenta a concentração da renda
10% mais ricos	21,8% da renda	34,7 % da renda	47,6% da renda	52,4 % da renda
10% mais pobres	3,5 % da renda	2,2% da renda	0,9% da renda	0,81% da renda

Figura 17: Distribuição de renda



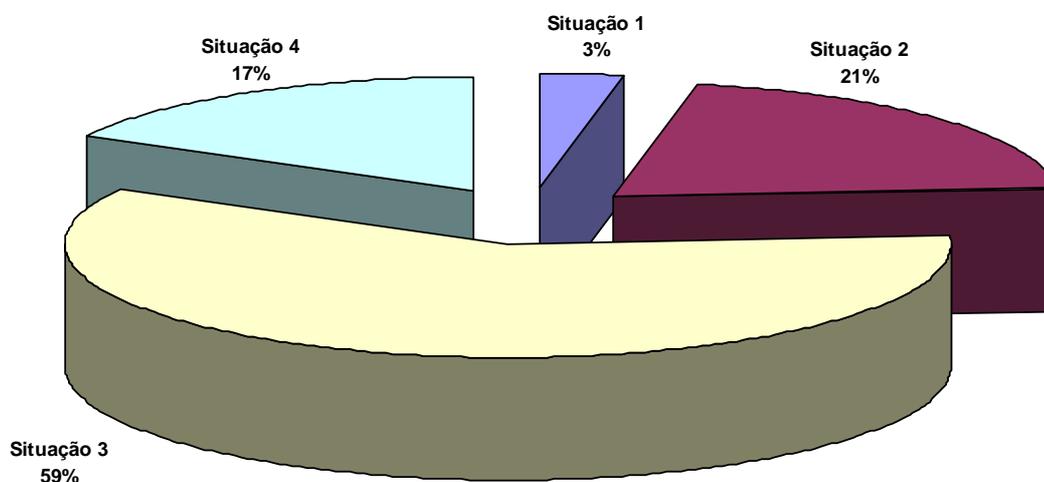
5.3 Relações de trabalho

Os índices de desemprego de várias capitais brasileiras têm atingido, na última década, pontuações alarmantes, ultrapassando, muitas vezes, a marca de 15%. O crescimento da informalidade nas relações de trabalho tem gerado problemas crescentes para o financiamento do sistema previdenciário.

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
4 - 3 %	27 - 21%	73 - 59%	22 - 17%
Índice de desemprego estrutural em forte elevação, acima de 15% da população ocupada.	Desemprego estrutural crescente, atingindo de 10 a 15% da população ocupada.	Índice de desemprego estável, em torno de 8% do pessoal ocupado.	Índice de desemprego em queda, menor que 6%, considerando-se a população ocupada.

Figura 18: Relações de trabalho



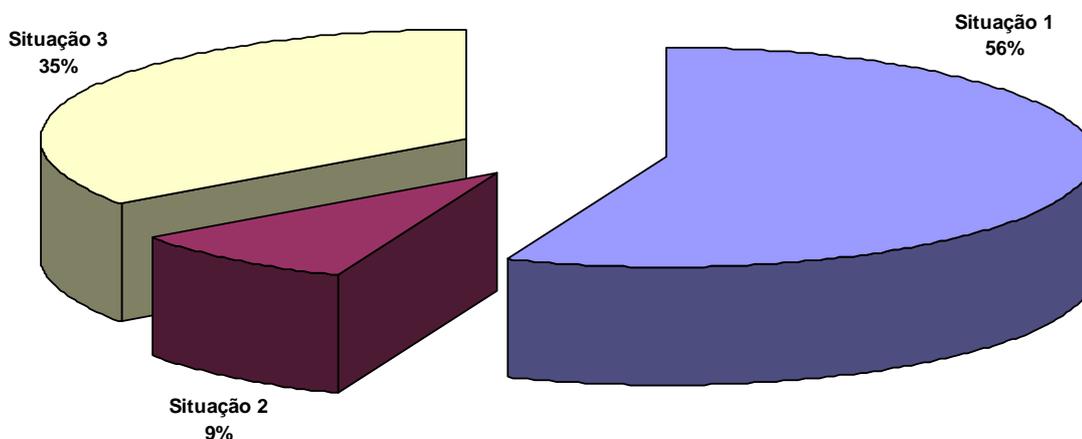
5.4 Legislação trabalhista

A flexibilização da legislação trabalhista, a redução da jornada e redução de encargos com incorporação aos salários são exemplos de medidas propostas para promover a criação de emprego e renda. No entanto para tornar possíveis tais medidas será necessária uma profunda reforma na CLT.

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
69 - 56%	11 - 9%	44 - 35%
Ampla flexibilização com pouca proteção e custos muito baixos de demissão e admissão. Encargos sociais baixos e redução da informalidade.	Permanecerá a situação atual da CLT, com elevada rigidez e grande volume de trabalho informal.	Ampliação da aplicação da CLT, com pequena flexibilização e forte redução da informalidade. Custo de encargos sociais relativamente altos.

Figura 19: Legislação trabalhista



Descreva as implicações e desafios destas tendências para a Visão 2020.

- Flexibilização da Legislação Trabalhista, porém com algum grau de proteção ao trabalhador.
- Redução da informalidade pela flexibilização acima.
- Mudança de visão da justiça trabalhista, deixando de ser tão protecionista.

- Crescimento econômico sustentado, para propiciar redução de informalidade e melhor distribuição de renda.
- Esforço do Governo para promover e incentivar emprego e distribuição de renda.
- Melhoria na qualificação profissional.
- Investimento em educação é o principal instrumento para viabilização da inclusão social, do aprimoramento das relações de trabalho e, conseqüentemente, da otimização da distribuição de renda. Outro ingrediente indispensável ao combate à desigualdade é a estabilidade da moeda, pois o ambiente inflacionário penaliza principalmente as classes menos favorecidas, que não têm acesso aos mecanismos financeiros de proteção monetária.
- A maior implicação dessas tendências será uma ampliação do mercado interno, o que, por certo, será um fator positivo para o crescimento econômico do país.
- Maior desafio será alcançar um razoável aprimoramento da distribuição de renda, que não será alcançada se não houver um significativo incremento no nível de escolaridade da população.
- Amadurecimento das lideranças políticas
- Resgate da dívida social.
- Estímulo à ampliação de postos de trabalho, priorizando as atividades intensivas em mão de obra.
- Promoção de uma reforma tributária que permita a transferência de renda, de modo a minimizar as desigualdades, ao mesmo tempo em que propicia a ampliação da base tributária, trazendo para a formalidade as atividades informais.
- Promoção de um processo de inversão de prioridades, com vistas a direcionar a aplicação dos recursos para os serviços e equipamentos sociais básicos.
- A abordagem da questão do emprego apenas do ponto de vista da flexibilização das relações de trabalho e dos direitos sociais parece insuficiente. O resultado de tais medidas poderia criar, quando muito, uma situação de redistribuição da

mesma massa salarial para um maior número de trabalhadores, o que não contribuiria para uma maior dinamização da economia e redistribuição efetiva da renda.

- Formas "alternativas" de organização do mercado devem ser estimuladas, sobretudo cooperativas nos setores de serviços e distribuição de bens, por exemplo, além, obviamente, do estímulo ao empreendedorismo e às micro-empresas. Nesse aspecto, é necessária uma reforma no ensino superior, incluindo uma formação voltada ao empreendedorismo, e uma infra-estrutura de apoio à formação de novas empresas, na saída das universidades.
- No que respeita ao ensino, deve-se investir fortemente no ensino técnico, em áreas de grande potencial de desenvolvimento e alto valor agregado (eletro-eletrônica, biotecnologias, etc.).
- A tecnologia continua poupadora de emprego no setor industrial, assim o emprego deverá crescer mais no setor terciário.
- A flexibilização da CLT e a reforma da previdência permitirão ao mercado se ajustar com níveis maiores de emprego e de salário líquido. A redução dos custos trabalhistas tornará a produção brasileira mais competitiva, internacionalmente, estimulando maior exportação, produção e emprego. Do mesmo modo, menor custo de produção ampliará o acesso da população de menor de renda ao consumo. Maior mercado interno e externo significam mais empregos, melhor distribuição de renda, portanto mais consumo interno, e assim por diante, contribuindo para alargar o círculo virtuoso de crescimento.
- Um forte trabalho de qualificação da mão de obra, a flexibilização da Legislação Trabalhista, a melhoria da educação em todos os níveis, farão com que os mais pobres e a classe média possam melhorar seu padrão de vida, com uma melhor distribuição de renda.
- Tornar eficiente a arrecadação e eliminar os desvios de recursos.

6. URBANIZAÇÃO

6.1 *Conhecimento sobre o tema*

16 – 12%	105 – 80%	11 – 8%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

As questões sobre crescimento econômico, elevação do nível de renda e conseqüente redução da pobreza passam antes de tudo por um problema cada vez mais urgente: a urbanização do país. Mas antes de entrarmos propriamente na questão devemos observar sucintamente o que foi feito no passado sobre o assunto.

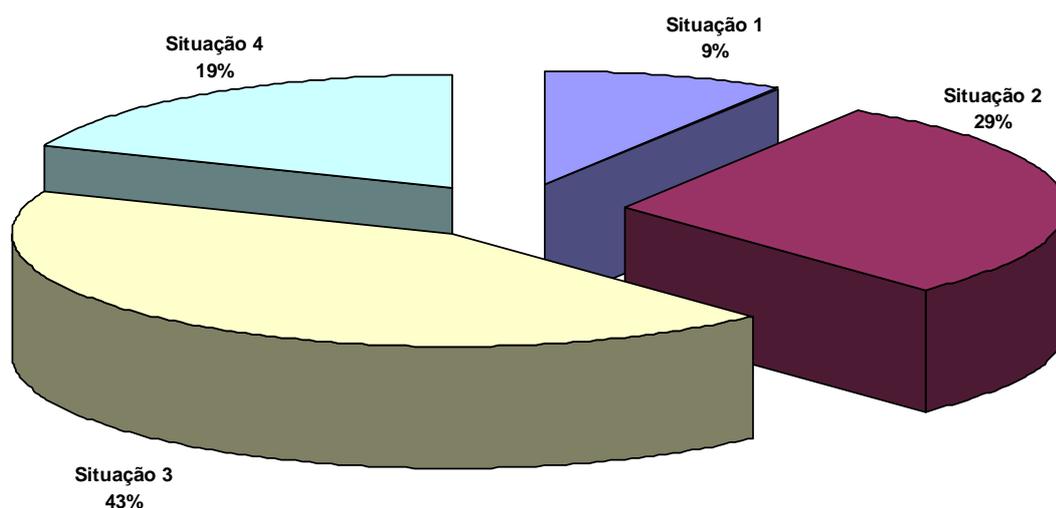
6.2 Distribuição da população urbana

A população brasileira atual é de 170 milhões de habitantes. A distribuição desta população é muito desigual. As regiões sul e, principalmente, a sudeste arcaram com um crescimento mais acentuado.

Levando em consideração uma população de 203 milhões de pessoas segundo projeção do IBGE, qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
11 – 9%	35 – 29%	52 – 43%	23 - 19%
<p>Crescimento contínuo das metrópoles e das cidades médias.</p> <p>Perda contínua de importância das cidades pequenas na área rural.</p>	<p>Estabilidade populacional das metrópoles.</p> <p>Crescimento forte das cidades médias.</p> <p>Perda continuada de pequenas cidades e área rural.</p>	<p>Estabilidade populacional das metrópoles.</p> <p>Crescimento moderado das cidades médias.</p> <p>Crescimento moderado ou estabilizado das cidades pequenas.</p> <p>Estabilidade da população na área rural.</p>	<p>Estabilidade ou diminuição das metrópoles.</p> <p>Crescimento moderado das cidades médias.</p> <p>Crescimento das pequenas cidades.</p> <p>Crescimento da participação da zona rural no total da população.</p>

Figura 20: Distribuição da população urbana



6.3 Qualidade de vida e a questão urbana

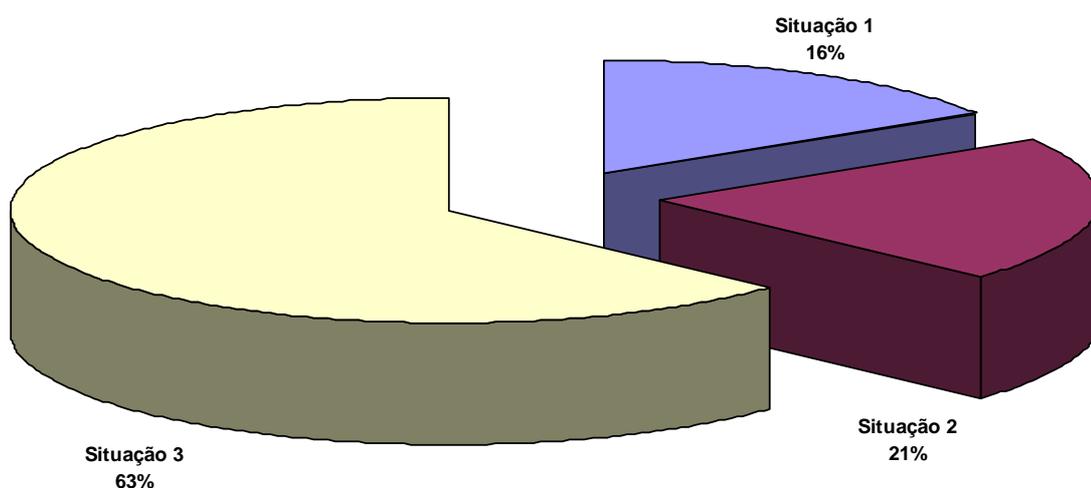
Durante toda a década de 80 as cidades médias registraram um crescimento superior aos centros urbanos nacionais, arcando com problemas típicos destes, como: segregação espacial, na forma de favelas, loteamentos clandestinos em áreas de proteção aos mananciais e problemas na infra-estrutura de transportes. No “Estatuto da Cidade” são enfatizados os pontos do planejamento urbano a serem tratados por intermédio de planos diretores e reorganização de espaços urbanos.

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

As Metrôpoles (mais de 500.000 hab.)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
19 – 16%	26 – 21%	77 - 63%
Exercem atração como centros de cultura, lazer, empregos e negócios. Melhoria de infra-estrutura e qualidade de vida tornando-se pólos de atração de população.	Apresentam poucos atrativos em função das dificuldades de congestionamento e violência. Fuga da população.	Apresentam contrastes entre o dinamismo moderno e problemas técnicos e sociais não resolvidos. Constituem uma qualidade de vida pouco atrativa, mas exercem atração econômica. Manterão atual participação da população.

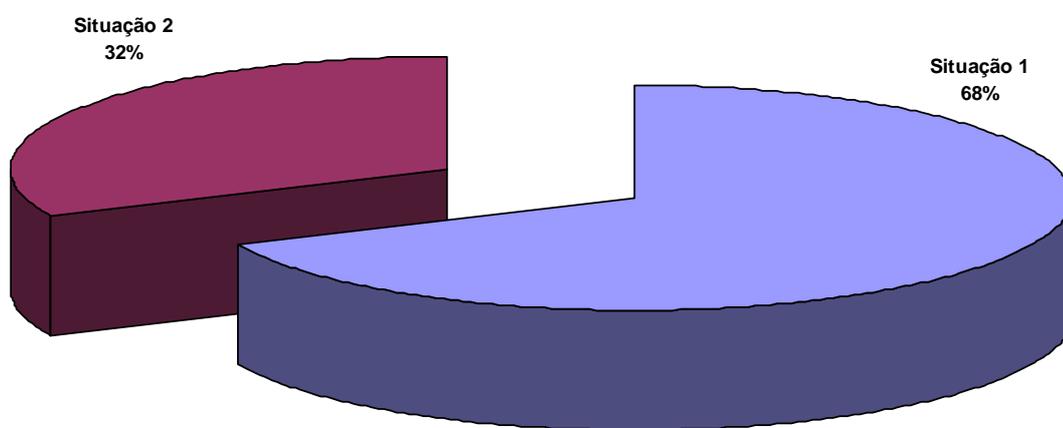
Figura 21: Grandes cidades



As Cidades Médias (de 50.000 hab. a 500.000 hab.)

Situação 1	Situação 2
83 – 68%	39 – 32%
Apresentam grande atratividade pela qualidade de vida oferecida, acesso à infra-estrutura social, econômica e cultural e se tornarão o polo dinâmico de crescimento urbano.	Passam a apresentar os problemas típicos das grandes cidades, sem oferecer as vantagens das metrópoles. Oferecem poucos atrativos para a população.

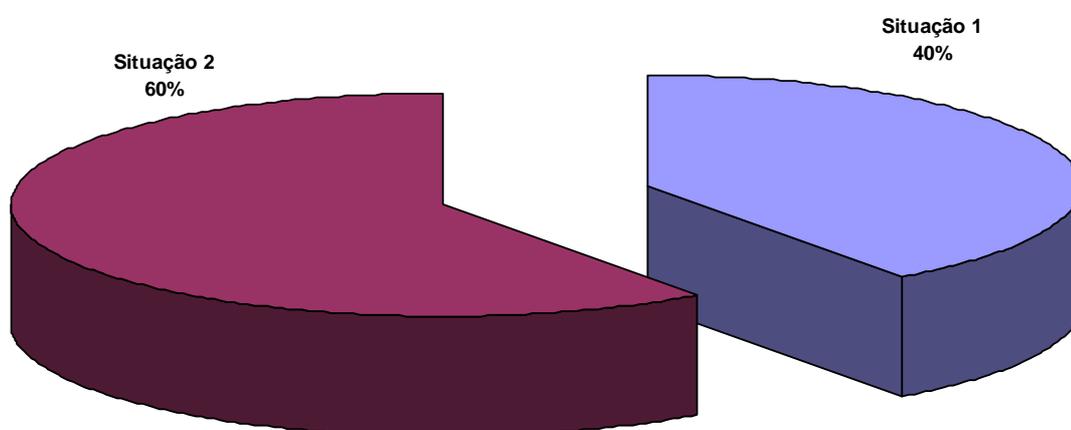
Figura 22: Cidades médias



As Cidades Pequenas (menos de 50.000 hab.)

Situação 1	Situação 2
49 – 40%	73 – 60%
Continuarão a oferecer poucos serviços e oportunidades de avanço para seus habitantes, sofrendo perdas populacionais continuadas.	Passarão a oferecer infra-estrutura de comunicação e transporte que permitem acesso aos serviços, equipamentos sociais e oportunidades econômicas com excelente qualidade de vida. Tornam-se um elemento dinâmico do perfil demográfico e econômico do país.

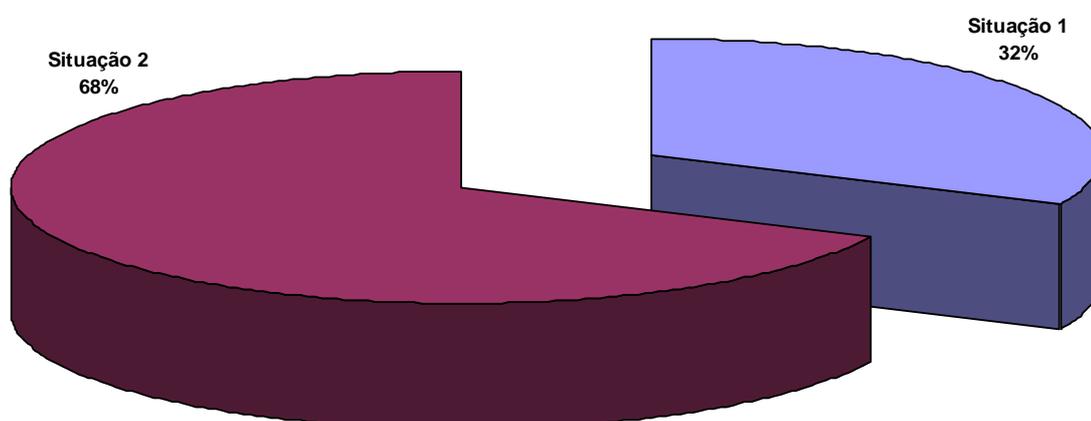
Figura 23: Cidades pequenas



A Região Rural

Situação 1	Situação 2
37 – 32%	78 – 68%
Continuará a apresentar a tendência histórica de perda de participação na população, com a emigração acentuada para os centros urbanos maiores. A falta de infra-estrutura social, de oportunidades de desenvolvimento e de empregos contribuem para o esvaziamento contínuo das áreas rurais do país.	A integração maior das áreas rurais, com a universalização das telecomunicações, melhoria dos transportes, o apoio à pequena propriedade e o acesso do homem do campo aos serviços sociais, revertem a tendência histórica de perda populacional e revitalizam as áreas rurais e as pequenas cidades nas quais predominam as atividades ligadas ao agronegócio.

Figura 24: A Região rural



6.4 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.*

- Estabilização dos aportes populacionais às grandes metrópoles.
- De forma lenta, deve ocorrer uma desconcentração do desenvolvimento, isto é, empresas sediadas em grandes cidades devem optar por expandir ou transferir seus negócios para cidades menores. Esse fato contribuiria para reduzir o crescimento das grandes metrópoles.
- O desenvolvimento do Turismo Urbano e a oferta de bens e/ou serviços melhores ajudarão as áreas rurais.

- A maior oferta de serviços e de qualidade nas cidades médias e de pequena dimensão é um cenário desejável mas depende exatamente da efetividade das políticas que se adotarem. O que parece inequívoco é que as cidades vão crescer, e que, provavelmente, esse crescimento não será nas grandes metrópoles, que, basicamente, oferecem uma qualidade de vida inferior. Se as pequenas cidades e as de média dimensão vierem a oferecer o emprego e serviços urbanos de qualidade, tornar-se-ão fortemente competitivas, em termos de atratividade da população, e poderão, mesmo, contribuir para o esvaziamento, ainda que muito lento, das grandes metrópoles.
- Expansão da fronteira agropecuária e do aparecimento de muitas cidades de porte médio, articulando a malha urbana.
- Melhoria da qualidade de vida nos grandes centros urbanos.
- Criação de pólos de desenvolvimento para cidades pequenas e médias.
- Infraestrutura adequada de transportes, comunicações e serviços em geral para os grandes centros urbanos e cidades médias.
- Tecnologia e atrativos para fixar homem na zona rural.
- Transformação da cultura de competitividade em cultura de solidariedade.
- Democratização do processo de gestão do desenvolvimento, mediante a incorporação da sociedade na tomada de decisões e no compromisso com a implementação das políticas.
- Inserção do país na economia globalizada, associada a uma política de desenvolvimento regional que resguarde a ampliação do mercado interno.
- Implementação de política agrária, incluindo reforma fundiária, com acesso a financiamento e infra-estrutura, viabilizando a agricultura familiar, por se tratar de atividade geradora de postos de trabalho e fixadora do homem no campo.
- Promoção do desenvolvimento das pequenas e médias cidades, qualificando-as de modo a que ofereçam suporte à população ocupada no campo.

- Os desafios das cidades continuarão a acontecer nos setores de saneamento, habitação e segurança. São setores nos quais a responsabilidade do governo assume maior peso, mas faltam recursos ao governo para o necessário atendimento. As cidades pequenas, notadamente aquelas cuja economia assenta-se na base natural, continuará a perder população, permanecendo apenas a população idosa. Ela será a efetiva base econômica. As cidades de médio porte receberão grande número de pessoas vindas do campo.
- Avanço tecnológico.
- Redistribuição de renda.
- Investimentos descentralizados em infraestrutura .
- Incentivos à produção fora dos grandes centros.
- A agricultura, fortalecida, poderá gerar maior arrecadação no meio rural, dinamizando o comércio e melhorando os serviços prestados pelos governos.

7. MUDANÇAS NA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES, ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

7.1 *Conhecimento sobre o tema*

33 - 26%	81 - 64%	13 - 10%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

7.2 *Transportes*

Em 1993, a situação dos modais era a seguinte:

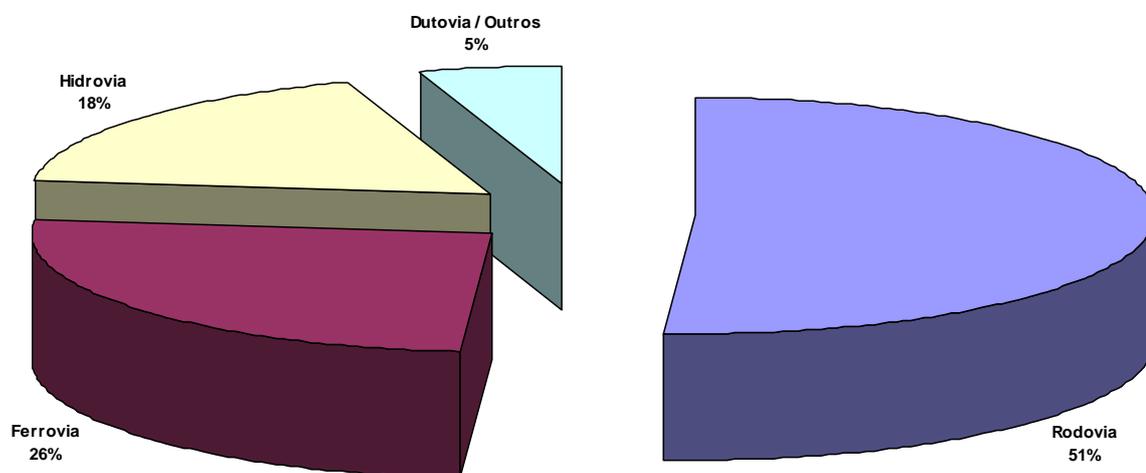
- Rodoviário: transportava 62% das cargas
- Ferroviário: transportava 23% das cargas
- Hidroviário e navegação de cabotagem: 11%

Era evidente nossa desvantagem competitiva, pois o custo do frete rodoviário nas longas distâncias é muito alto. Após as privatizações das ferrovias, rodovias e setor portuário, ocorridas nos anos 90, o modelo de transporte vigente no país praticamente não se alterou. Entretanto, os custos portuários foram reduzidos a menos da metade e a produtividade dos portos triplicou. Já nas rodovias houve instalação de mais pedágios e o preço do frete não diminuiu, ainda que estas melhorassem.

Na sua opinião, em 2020, como deverão ser distribuídas as modalidades de transportes no Brasil? (indique uma alternativa)

Modal	1993	2000	2020
Rodovia	62%	63%	1º quartil – 45 mediana – 50 3º quartil – 60
Ferrovias	23%	20%	1º quartil – 21 mediana – 25 3º quartil – 30
Hidrovia	11%	14%	1º quartil – 15 mediana – 18 3º quartil – 20
Dutovia / Outros	4%	3%	1º quartil – 3,75 mediana – 5 3º quartil – 5,25
Total	100%	100%	

Figura 25: Transportes



7.3 Energia

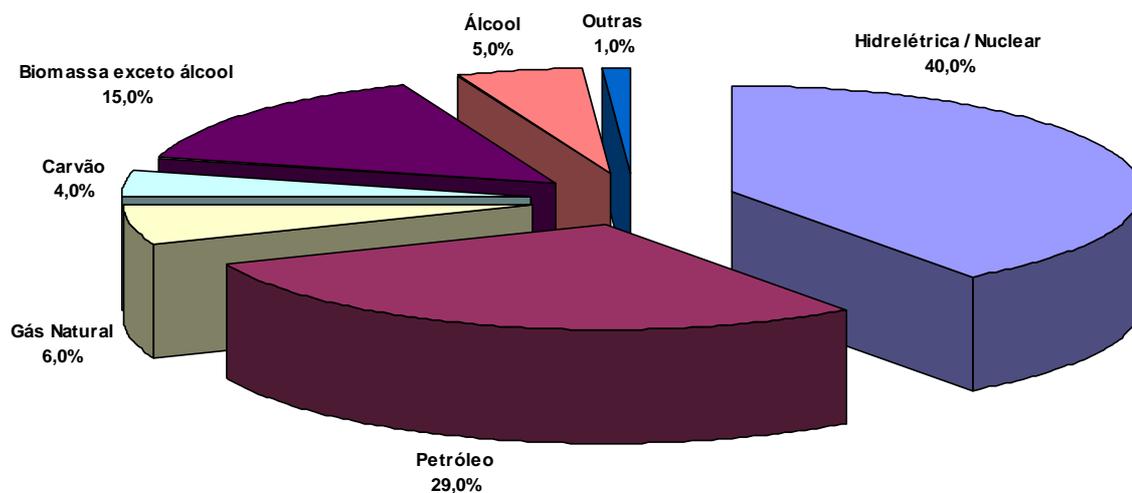
O Brasil tem 77% de sua eletricidade sendo gerada em usinas hidrelétricas e a geração através de termelétricas à gás natural é uma alternativa importante para atender à ampliação da capacidade instalada do País. Fontes alternativas, como a

irradiação solar (fotovoltaica), a força dos ventos (eólica) e resíduos orgânicos (biomassa), têm no Brasil amplas possibilidades.

Com relação à matriz energética básica, no Brasil, como você acredita que será composta, em 2020?

Fonte (em %)	2000	2020
Hidrelétrica / Nuclear	40,0%	1º quartil – 35,75 mediana – 40 3º quartil – 45
Petróleo	33,6%	1º quartil – 24,75 mediana – 29 3º quartil – 31
Gás Natural	3,7%	1º quartil – 5 mediana – 6 3º quartil – 10
Carvão	5,4%	1º quartil – 3 mediana – 4 3º quartil – 5
Biomassa exceto álcool	14,3%	1º quartil – 12 mediana – 15 3º quartil – 16
Álcool	3,0%	1º quartil – 4 mediana – 5 3º quartil – 5
Outras	0,0%	1º quartil – 0 mediana – 1 3º quartil – 3

Figura 26: Energia



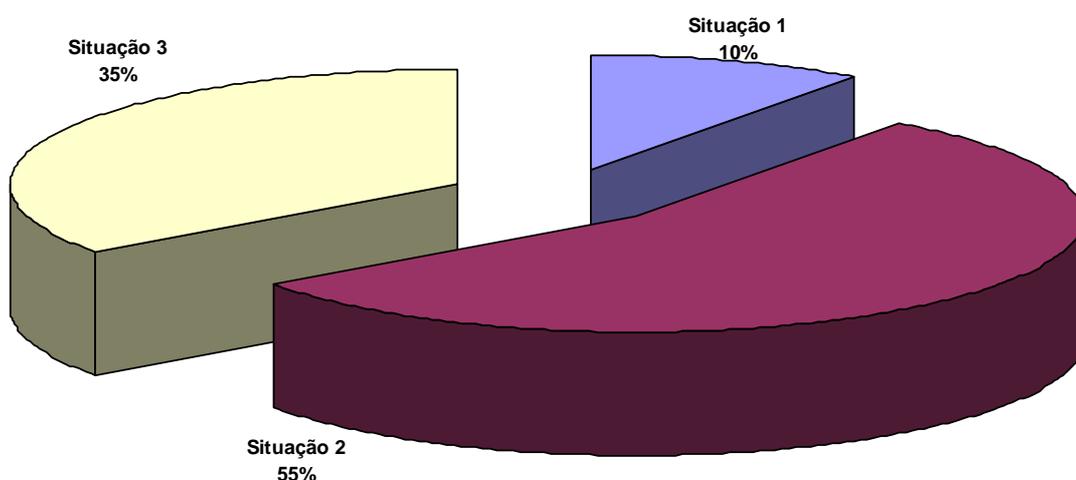
7.4 Telecomunicações

O setor de telecomunicações passou por mudanças estruturais causadas pelas mudanças no ambiente concorrencial e pelos avanços tecnológicos. O novo arcabouço regulatório é baseado em dois pilares fundamentais: a universalização e a competição. Para que a população de baixa renda tenha acesso não só ao serviço de telefonia básica, como também, à Internet e outros serviços de interesse social, será necessário aplicar um montante muito expressivo de recursos no setor.

Quanto à universalização do acesso, qual a situação mais provável em 2020?
(indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
11 - 10%	60 - 55%	38 - 35%
A exclusão dos mais pobres do mundo digital e do acesso à informação e serviços públicos modernos via telecomunicações continua a atingir mais de 30% da população brasileira.	O eventual acesso das famílias mais pobres a serviços de voz e dados é ofertado via telefones públicos e centrais públicas de telecomunicações, inclusive Internet. Grande abrangência de atendimento, por meio do uso coletivo dos serviços.	A meta da universalização do serviço é praticamente atingida, com mais de 90% da população urbana atendida. O acesso a serviços públicos, segurança e à informação e conhecimento é favorecido pelo acesso às telecomunicações.

Figura 27: Telecomunicações



7.5 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.*

Transporte

- O transporte ferroviário deveria ser predominante.
- Devem ser claras as apostas em hidrovias, em detrimento da rodovia, numa ótica de melhor gestão de recursos energéticos, redução de poluição, aumento de segurança e velocidade.
- Uma política pública que dê prioridade ao transporte ferroviário, inclusive de integração com os países do Mercosul, de cabotagem e fluvial é necessária. Para que haja tal política, é necessária uma capacidade de negociação/enfrentamento de interesses no sistema de transportes e no Congresso Nacional, por parte do Executivo.
- A infra-estrutura rodoviária é extensa e tende a manter-se na ordem de preferência, embora a ferroviária fosse mais interessante (não há recursos pra construir trilhos). Quanto ao transporte hidroviário, não deverá entrar na ordem do decênio.

Energia

- Usinas termelétricas à gás natural ou co-geração deverão ser o foco dos investimentos. Combustíveis como carvão perdem espaço por questões ambientais. Energia nuclear volta a ser alternativa limpa e rentável. Geração de energia solar e eólica são de pouca produtividade.
- A hidroenergia é abundante e pode ser melhor aproveitada. As energias renováveis têm prioridade num mundo mais sustentável e devem ser utilizadas para os fins onde são eficazes.
- O potencial hidrelétrico ainda pode crescer, embora de forma limitada. A utilização do óleo não progredirá. Alternativas eólicas e solares serão cada vez mais buscadas.
- Para possibilitar o aumento da participação do gás natural na matriz energética, um grande desafio será a distribuição desse produto de forma que possa ser

consumido em residências e também no transporte, substituindo energia elétrica e derivados de petróleo.

- A Petrobrás influirá positivamente na matriz energética, sobretudo através do investimento no gás natural, no curto prazo. O álcool tem condições de ser retomado com maiores níveis de eficiência, a depender da capacidade do Executivo contornar interesses corporativos do setor canavieiro. Finalmente, há um quadro favorável para o desenvolvimento de políticas públicas, inclusive no plano dos estados, que incentivem investimentos privados em fontes alternativas, como a eólica, por exemplo.
- O esgotamento das reservas de petróleo deverá direcionar a matriz energética para o uso de fontes renováveis de energia, como a fitomassa e outras alternativas mais limpas, como a energia solar.

Telecomunicações

- Telefonia passa a ser universal, tal como é a televisão. Dúvida recai sobre a escala necessária para viabilizar competição. A consolidação do mercado já começou.
- A exclusão econômica e social antecede a chamada exclusão digital. O período de 15 ou 20 anos é escasso para se mudar o paradigma concentrador da renda e a característica excludente (socialmente) da sociedade brasileira. Um país mais justo, solidário e com igualdade de oportunidades não se constrói em menos de 50 anos. Ademais, ainda nos resta um esforço de renovação de idéias e ideais dos nossos dirigentes e das elites, que detém grande parte do capital no Brasil.
- Para que famílias mais pobres tenham acesso aos serviços de telecomunicações o maior desafio está em uma redução dos preços.
- A tecnologia torna-se acessível, com custos menores, e os orçamentos públicos deverão ser melhores, para cumprir uma série de compromissos sociais.
- Os acessos à internet, nos próximos 20 anos, virão a ser igualmente vulgarizados. Devem surgir outras tecnologias, mais rápidas e favoráveis.

- Com a melhoria das telecomunicações, e na educação, prevemos que, até 2020, a população terá maior participação em serviços de voz e dados, utilizando serviços públicos (inclusive pela internet).
- A exclusão digital continuará em níveis importantes. A difusão de telecentros públicos não será suficiente para a integração da população pobre.

8. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

8.1 Conhecimento sobre o tema

19 - 16%	85 - 71%	15 - 13%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

8.2 Sociedade da Informação

O Brasil dispõe dos elementos essenciais (tecnologia e infra-estrutura) para a condução de uma iniciativa nacional rumo à sociedade da informação. Mas a inserção favorável do País nessa nova onda da economia de serviços requer um conjunto adicional de condições nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo.

O crescimento recente das telecomunicações tem democratizado o uso do telefone, mas, mesmo com as iniciativas de popularização, o acesso à Internet ainda é restrito a poucos. Além disso, é preciso competência para transformar informação em conhecimento e, também, encontrar formas de facilitar o uso da Internet para quem não possui familiaridade com redes eletrônicas e nem experiência com ambientes computacionais.

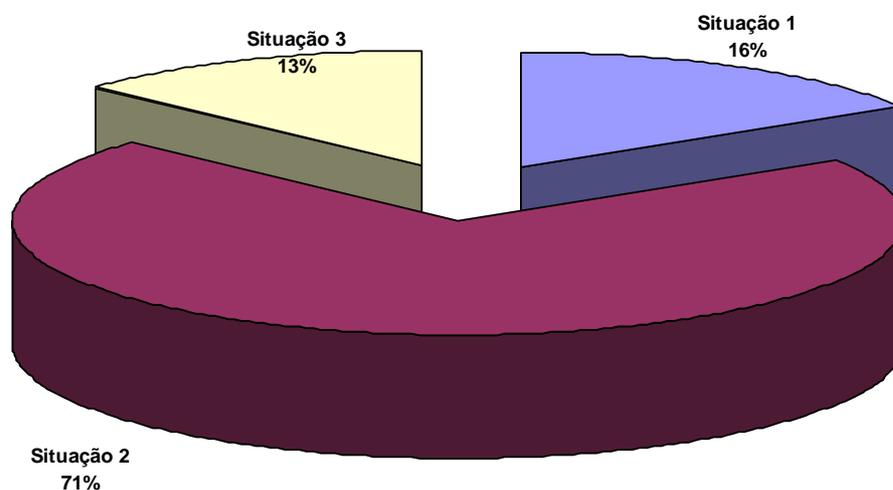
Na sua opinião, o número de usuários da Internet evoluirá dos aproximadamente 14 milhões em 2002, para: _____ milhões de usuários em 2020.

Usuários internet	
Mediana	30
1ºquartil	50
3ºquartil	80

Qual a situação mais provável sobre a disponibilidade da Internet no Brasil, até 2020 (indique uma alternativa):

Situação 1	Situação 2	Situação 3
4 - 16%	88 - 71%	9 - 13%
Estará restrito à população de maior nível educacional e maior renda.	Será efetivo para toda a população que tenha escolaridade básica, por meio de acesso a centros públicos de telecomunicações ou ao telefone domiciliar devido à simplificação das interfaces.	Ficará restrito à população com educação de nível médio e acesso ao telefone domiciliar.

Figura 28: Disponibilidade de internet



8.3 Inovação e competitividade

O Brasil, com 0,9% do PIB investido em pesquisa e desenvolvimento, por ano, em média, está muito aquém de países como Japão, Finlândia e Estados Unidos, que investem de 3 a 5% do PIB em C&T.

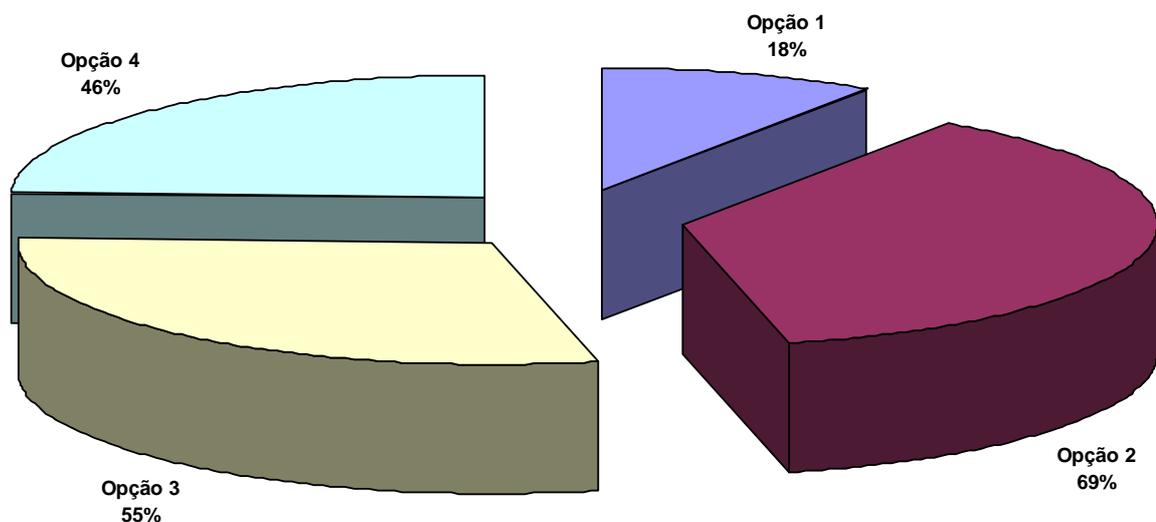
Dos 13 bilhões de reais investidos em pesquisa e desenvolvimento, em 1999: o governo responde por 63% de todo o gasto com pesquisa no país. O País ocupa a 43.^a posição no *ranking* da inovação tecnológica, de acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O índice anual de registro de patentes, de 1,68 para cada 100 000 habitantes, segundo relatório do Banco Mundial, é muito pequeno quando comparado ao do Japão (273) e da Alemanha (54) e inferior, ainda, ao da Espanha (5,7) e da Argentina (2,3). Em 2001, o País registrou apenas 110 patentes nos Estados Unidos, ficando muito atrás de nações como Coréia e Taiwan, que obtiveram, respectivamente, em torno de 3.500 e 5.300 registros, no mesmo período. Segundo um levantamento realizado pela Associação Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento de Empresas Industriais (Anpei), em média, 37% do faturamento das empresas advém de produtos com menos de cinco anos de vida. Sabe-se ainda que muitos dos lançamentos de produtos, no Brasil, decorrem do licenciamento e adaptação de inovações realizadas em outros países.

Indique as duas situações mais prováveis para o Brasil, até 2020. (aponte 2 alternativas)

18%	As empresas brasileiras caracterizam-se pela competitividade em produtos intensivos em matéria-prima, energia ou mão-de-obra, com baixo conteúdo tecnológico e pouca inovação em produtos e serviços
69%	As empresas brasileiras acompanham a evolução internacional em inovação de produtos e serviços, primordialmente por meio do licenciamento das matrizes de multinacionais e/ou de parcerias com fornecedores de tecnologia do exterior. O perfil de inovação é o de “seguidor tecnológico”, na grande maioria dos setores.
55%	A indústria brasileira caracteriza-se pela capacidade de inovação de padrão internacional, em alguns setores industriais, baseado no desempenho de empresas nacionais de grande porte, nesses setores (Ex: aviação em geral, Embraer, Sadia, Natura)
46%	A indústria brasileira caracteriza-se pela capacidade de inovação decorrente do dinamismo e criatividade de empresas de pequeno e médio portes, em setores muito diversificados (Ex: informática, cosméticos, biotecnologia e serviços).

Figura 29: Inovação e competitividade



8.4 Educação

A educação é um dos temas mais importantes para o Brasil, devendo ser tratada de forma prioritária.

Do número de pessoas com idade escolar “ideal”, a distribuição dos que estão cursando os diferentes graus está apresentada no quadro abaixo.

Qual sua expectativa para a distribuição das pessoas nos diferentes graus de escolaridade em 2020?

Grau de Escolaridade (Distribuição da população com idade "ideal")	2000	2020
Ensino Fundamental	90%	1º quartil - 95 % mediana - 97 % 3º qaurtil - 99 %
Ensino Médio (2º grau)	33%	1º quartil - 50 % mediana - 50 % 3º qaurtil - 70 %
Ensino Superior	10%	1º quartil - 16 % mediana - 20 % 3º qaurtil - 30 %

Fonte: Adaptado IBGE – PNAD 2001 / Censo Demográfico 2000

8.5 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020*

- A internet vai ser vulgarizada no futuro, o que alargará a acessibilidade às mais largas camadas da população.
- Num mundo global dever-se-á apostar na especialização das capacidades se se quiser competir.
- É urgente capacitar todos - um país forte só o será com população informada, capaz de ajuizar e de reagir de modo coerente e inteligente, que só dessa forma poderá participar de forma efetiva; .

- Educação como uma das áreas prioritárias de investimento do Setor Público, com a conseqüente necessidade de geração de recursos para o seu financiamento.
- Implementação, por parte do Estado, de incentivos eficazes visando ao desenvolvimento científico e tecnológico.
- Redistribuição dos gastos em educação, priorizando o nível médio/técnico.
- Redefinição do papel da Universidade com relação à sua interação com o setor industrial/serviços, notadamente no que se refere à pesquisa básica e de aplicação.
- Maior conscientização da necessidade de cursar todos os graus do ensino.
- O país será, por muitos anos, carente de tecnologia de ponta.
- Empresas brasileiras globais continuarão a ser exceção.
- Até o ano 2020 haverá um acréscimo substancial nos ensinos médio e superior e teremos um número cada vez maior de pessoas se conectando pela internet e outras tecnologias.
- No caso da inovação e competitividade, o grande desafio será aumentar o investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento, e fazer com que o investimento em C&T e P&D seja revertido em aumento de competitividade e de produtividade.
- Deve-se considerar o desafio da desconcentração do conhecimento.

9. MOVIMENTOS POLÍTICOS IDEOLÓGICOS - O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO ECONÔMICO E PRODUTIVO

9.1 *Conhecimento sobre o tema*

23 – 19%	89 – 74%	8 – 7%
Elevado	Acompanha os debates	Pouco

O papel do Estado na Economia e a questão do Planejamento podem ser discutidos segundo três pontos principais: os processos econômico-sociais, a administração eficiente e governo democrático. O Brasil tem buscado promover a gestão integrada, com o desenvolvimento de uma articulação nova entre Estado e sociedade, tendendo à descentralização e ao fortalecimento da gestão no âmbito do município. No final do século XX, o Brasil acelerou bastante a democratização de suas instituições e a participação política exige o cumprimento dos direitos civis e políticos e a contribuição efetiva da sociedade nas políticas públicas.

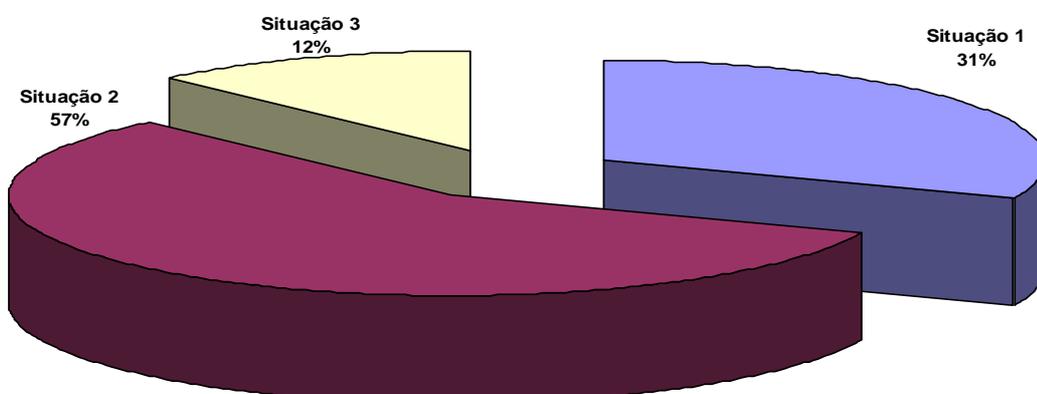
O Governo atual vem caminhando para um posicionamento mais liberal. A dosagem desses dois comportamentos, protecionista e liberal, e a caracterização reguladora ou empreendedora do Estado, além do papel coordenador, são características importantes no contexto atual.

9.2 Papel do Estado

Qual a configuração do Estado mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
34 – 31%	63 – 57%	13 – 12%
Papel muito limitado do Estado no setor produtivo. Essencialmente Regulador	Estado com papel Regulador eventual e Empreendedor no setor produtivo, quando necessário	Estado com forte participação em áreas essenciais do setor produtivo
<p>O Estado atua praticamente só como Regulador dos mercados privados, buscando estimular a concorrência e o desenvolvimento tecnológico, limitando qualquer abuso do poder econômico.</p> <p>Setores como energia, infra-estrutura de transportes e telecomunicações são predominantemente privados. Educação, Saúde, Saneamento e Previdência têm parcela predominante de participação privada no atendimento à população de média e alta renda, e sob tutela e subsídio do Estado, também à população mais carente.</p>	<p>O Estado atua como Regulador e Produtor, buscando estimular os investimentos privados e promover a concorrência, limitando a exploração privada dos monopólios.</p> <p>Setores como energia, infra-estrutura de transportes e telecomunicações e saneamento são amplamente privatizados, mas com regulação pública direta e capacidade efetiva de intervenção.</p> <p>Parcerias Pública- Privadas são um mecanismo freqüente de atuação em atividades produtivas, assim como em serviços de educação, saúde e previdência.</p>	<p>Diante das limitações da capacidade de investimento privado no país, o Estado assume o papel de agente de desenvolvimento em setores críticos de infra-estrutura de transportes, energia, telecomunicações, habitação popular e saneamento, entre outros, atuando sempre que viável em parcerias público – privadas.</p> <p>Serviços essenciais, como transporte público, educação técnica, saúde e previdência, são predominantemente oferecidos pelo Estado, que se estrutura para a atuação eficiente no setor produtivo, com capacitação e valorização da administração direta, controle efetivo das empresas estatais e uma reforma político-institucional do aparelho de Estado.</p>

Figura 30: O papel do Estado



9.3 Participação política

Para aumentar o interesse, confiança e participação política da população, assinale a probabilidade de implantação destes instrumentos de democratização das políticas no Brasil até 2020. (assinale um número de 1 a 4)

Legenda (probabilidades):

4 - Quase certo, maior que 80%

3 - Alta, mais de 60% até 80%

2 - Incerta, de 30% a 59 %

1 - Baixa , menor que 30 %

Maior controle e divulgação sobre as fontes privadas de financiamento de campanhas.

1	5 – 05%
2	22 – 21%
3	31 – 30%
4	35 – 44%

Financiamento público de campanhas políticas, com severa limitação de contribuições.

1	17 – 17%
2	44 – 43%
3	21 – 20%
4	21 – 20%

Formalização e divulgação por parte das empresas de suas atividades de “lobby”.

1	30 – 29%
2	49 – 48%
3	17 – 17%
4	7 – 7%

Reforma política com redução do número de partidos e maior fidelidade partidária.

1	8 – 8%
2	23 – 22%
3	47 – 46%
4	24 – 23%

Descentralização: distribuição do poder Federal aos Estados e Municípios.

1	6 – 6%
2	23 – 22%
3	56 – 54%
4	18 – 17%

Meios de comunicação livres e independentes.

1	6 – 6%
2	20 – 19%
3	39 – 38%
4	38 – 37%

Comprometimento dos meios de comunicação com a educação política da população.

1	12 – 12%
2	36 – 35%
3	37 – 36%
4	18 – 17%

Orçamentos participativos nos níveis municipal, estadual e federal, se possível.

1	10 – 10%
2	41 – 40%
3	45 – 44%
4	13 – 13%

Avaliações de impacto de projetos e políticas com audiências públicas.

1	15 – 16%
2	27 – 28%
3	38 – 40%
4	16 – 17%

Representação proporcional das mulheres e das minorias.

1	9 – 09%
2	42 – 41%
3	39 – 39%
4	13 – 13%

Governo Eletrônico, com ampla consulta para atividades e práticas de Governo.

1	8 – 08%
2	15 – 15%
3	38 – 39%
4	36 – 37%

Atuação política maior das ONGs em defesa de interesses legítimos de minorias.

1	8 – 7%
2	17 – 16%
3	52 – 48%
4	31 – 29%

9.4 Entraves ao crescimento

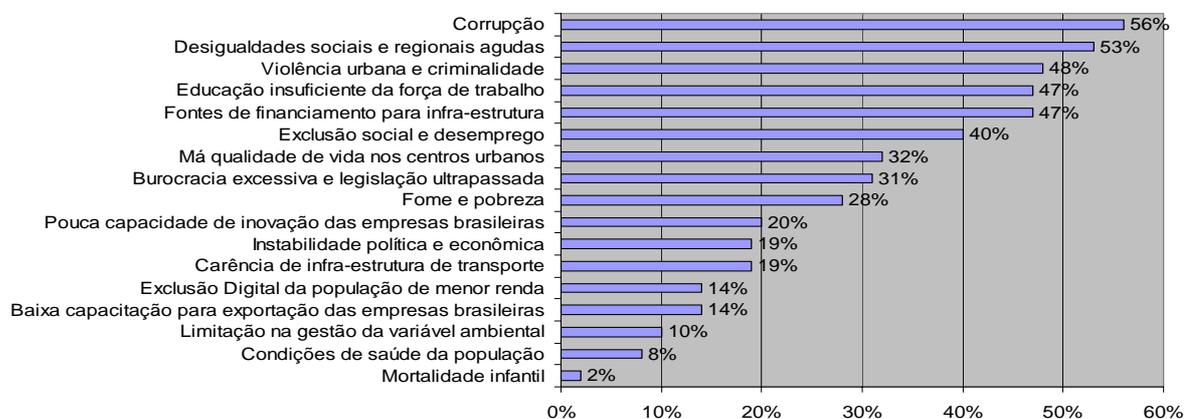
Um dos desafios para a formação das Visões 2020 é identificar os problemas mais importantes, do futuro, para o Governo, as empresas e a sociedade civil atuarem na sua prevenção e minoração.

Selecione até 5 problemas que ainda serão entraves importantes em 2020:

Entraves ao crescimento

56%	Corrupção
53%	Desigualdades sociais e regionais agudas
48%	Violência urbana e criminalidade
47%	Fontes de financiamento para infra-estrutura
47%	Educação insuficiente da força de trabalho
40%	Exclusão social e desemprego
32%	Má qualidade de vida nos centros urbanos
31%	Burocracia excessiva e legislação ultrapassada
28%	Fome e pobreza
20%	Pouca capacidade de inovação das empresas brasileiras
19%	Carência de infra-estrutura de transporte
19%	Instabilidade política e econômica
14%	Baixa capacitação para exportação das empresas brasileiras
14%	Exclusão Digital da população de menor renda
10%	Limitação na gestão da variável ambiental
08%	Condições de saúde da população
02%	Mortalidade infantil

Figura 31: Entraves ao crescimento



9.5 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.*

- A capacidade do Estado fazer cumprir as leis será, em 2020, muito maior do que a atual.
- Estado como Administrador, Regulador e não Empreendedor.
- Resgate da dívida social e universalização dos serviços básicos.
- Reconstrução da capacidade estatal de regulação e suporte ao desenvolvimento.
- Garantia de acesso público às informações.
- Transparência no planejamento e aplicação dos recursos públicos, como forma de evitar a corrupção.
- Consolidação e aperfeiçoamento da democracia, mediante o fortalecimento das instituições de representação e participação da sociedade nos processos de decisão econômica e política.
- Transformação das relações entre Estado e Sociedade, abrindo espaço à participação social com geração de compromissos.
- Brasil continuará como o emergente de menor aproveitamento das oportunidades de crescimento que a tecnologia mundial oferece. Continuaremos mergulhados nas instabilidades políticas, econômicas e sociais.

10. VISÃO NACIONAL 2020

Conceito: Três aspectos fundamentais foram contemplados no “*Estudo dos Eixos*”: a competitividade do país no contexto de inserção internacional, a redução das desigualdades regionais, e a sustentabilidade do desenvolvimento, nas vertentes ambiental, social e econômica. A Visão Estratégica para 2020 deve contemplar, entre outras, as dimensões de recursos, valores, conhecimento e as instituições, considerando os pontos fortes, as vulnerabilidades e as ameaças e oportunidades que se apresentam. Ademais, a visão estratégica deve ser realista, factível e desafiadora, servindo como fonte de inspiração para a identificação de oportunidades de projetos estruturantes do desenvolvimento e como referência para a definição de critérios de priorização dos investimentos.

Visão Estratégica

Síntese: Visão Nacional do Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

O “*Estudo dos Eixos*” apontou um cenário desejável ambicioso, com PIB de US\$2,8 trilhões e uma renda per capita próxima a US\$12.800. Entretanto, esse crescimento econômico não garantirá qualidade de vida semelhante à dos países desenvolvidos para toda a população brasileira, nesse horizonte. Com essa preocupação, o Brasil deveria direcionar esforços para buscar a integração nacional e internacional, com ênfase na América Latina, e sua inserção competitiva no mundo. Deveria reduzir as disparidades regionais e sociais, ao reestruturar a base produtiva, criando oportunidades de emprego e renda, com a aplicação de conhecimento e informação, gerando inovação e agregação de valor à produção. O meio ambiente deveria ser visto como oportunidade para a implementação de investimentos sustentáveis e a infra-estrutura econômica, de transporte, telecomunicações e energia deveria servir de modo integrado e articulado, gerando soluções econômicas e eficientes.

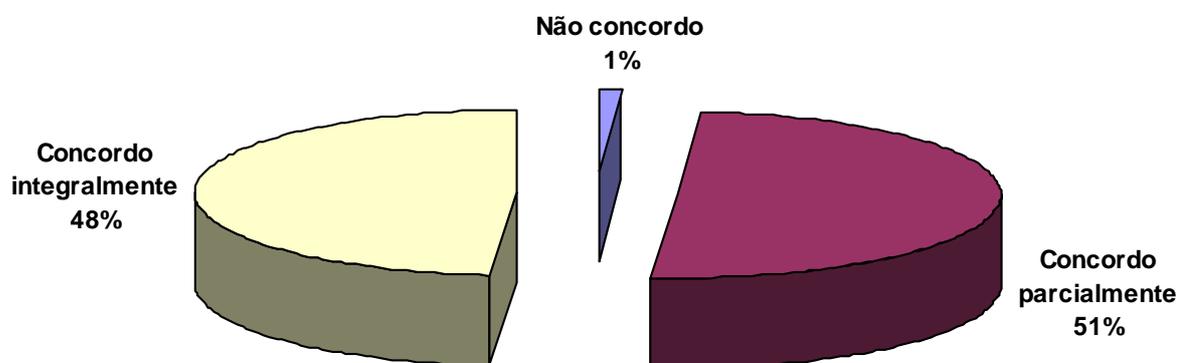
Para esta Atualização do Estudo, considerando as tendências e discontinuidades analisadas nos temas iniciais deste estudo e sua visão sobre uma situação desejada e viável para o País em 2020, indique seu grau de concordância com a Visão acima,

e proponha novos elementos a serem incorporados à Visão Estratégica Atualizada para 2020.

10.1 Indique seu grau de concordância com a visão apresentada no “Estudo dos Eixos”

2 - 1%	68 - 51%	65 - 48%
Não concordo	Concordo parcialmente	Concordo integralmente

Figura 32: Nível de concordância



10.2 Proponha alguma alteração, apresentando uma nova visão ou descontinuidade:

- É necessário aumentar o grau de confiabilidade da estratégia de crescimento sustentado. Para tanto, é necessário definir metas de inovação tecnológica em setores estratégicos da economia, 1) fortalecendo setores econômicos com alta absorção de mão-de-obra, 2) aumentando a competitividade e capacidade de agregação de valor em arranjos produtivos já existentes e, 3) desenvolvendo condições para a atração de investimentos em empreendimentos de alta tecnologia. No primeiro item, a viabilização da agricultura familiar é estratégica, principalmente se combinada ao desenvolvimento da agro-indústria familiar. No setor urbano, políticas de desenvolvimento de cooperativas em serviços e distribuição de bens são importantes. Não há razão que impeça a profissionalização de atividades marginais, como a dos catadores de lixo, por

exemplo, associadas à organização de cooperativas de reciclagem, por exemplo. Para isso, é fundamental uma rede de instituições de micro-crédito.

- A importância da prioridade à educação, pré-requisito fundamental à inclusão social do indivíduo e ao incremento da competitividade da nação. Além disso, a educação é o alicerce da estabilidade política no estado democrático: Povo educado vota melhor. O atual risco de ruptura político-econômica não é desprezível.
- Apesar de concordar plenamente com as premissas teóricas do “*Estudo dos Eixos*”, a realidade se mostrou absolutamente diferente do proposto. Não houve significativa redução das disparidades regionais e a política dos Eixos não propiciou a integração nacional, uma vez que a proposta não foi amplamente discutida com a sociedade brasileira, e raramente houve consenso sobre os reais objetivos da iniciativa.
- Devemos concentrar esforços em espaços territoriais menores do que as Macrorregiões e estabelecer amplo processo de participação de atores regionais na concepção e condução das políticas regionais no país, lembrando, ainda, que há que se considerar a nacionalização das políticas de desenvolvimento regional no país.
- Embora concorde com as proposições apresentadas no “*Estudo dos Eixos*”, principalmente em relação a competitividade internacional do país, é muito otimista o cenário apresentado, que prevê um crescimento da economia nacional no entorno de 6,5%, nos próximos vinte anos, resultando numa renda per capita de US\$12.800, em 2020.
- Com as contas públicas controladas, a Lei de Responsabilidade Fiscal limitando os gastos dos executivos Federais, Estaduais e Municipais, redução das taxas de juros, os serviços de utilidade pública, concedidos e permitidos à iniciativa privada, cada vez mais eficientes e atraindo novos investimentos, o resultado não pode ser diferente: aumento do poder de compra do consumidor nacional, produtos com qualidade crescente e preços decrescentes e a introdução de um fato novo - uma dinâmica virtuosa para a nossa economia.

- Estudo recente, desenvolvido no âmbito do Setor Elétrico - denominado Mapeamento das Incertezas e Construção dos Cenários do Mercado de Energia Elétrica -, apresenta quatro cenários possíveis para evolução da economia nacional até 2020. O cenário mais otimista, dentre os quatro apresentados, prevê um crescimento médio da economia nacional de 6,0% ao ano, ao longo do período 2004/2020, alcançando um PIB, no final do horizonte, de US\$1,65 trilhão (US\$ de 1999) o que resultaria em uma renda per capita de aproximadamente US\$8.700, para uma população de 190 milhões de habitantes.
- O país deverá centrar esforços, igualmente, no comércio com a América Latina, ALCA e Comunidade Européia, não desprezando outros, como Oriente Médio, China, etc.
- Ênfase na América do Sul e no Atlântico Sul.
- As taxas de crescimento teriam que ser excessivamente elevadas para se atingir um PIB desse tamanho e o caminho para uma maior inserção na economia mundial não deverá ser via América Latina, mas sim via outros mercados, como ALCA, UE e Ásia.
- A inserção internacional deve combinar uma política econômica de maior agressividade comercial, em direção aos maiores mercados, com uma estratégia política de integração latino-americana e maior aproximação com a África, partilhando tecnologias e recursos com vistas ao desenvolvimento sustentado daquele Continente. Uma estratégia para a obtenção de recursos com vistas ao "desenvolvimento para a Paz", que poderia caracterizar a inserção internacional do Brasil no Terceiro Mundo, seria a de obrigar as empresas brasileiras que operam nessas regiões a investirem parte das suas receitas operacionais no financiamento do intercâmbio científico, tecnológico e educacional desses países com o Brasil.
- Inserção crescente e significativa da China e Índia na economia mundial, disputando com o Brasil os recursos de longo prazo disponíveis no mercado de capitais mundial.

- Protecionismo comercial crescente.
- Impactos da manutenção de um regime cambial (câmbio flutuante) que não se previam no cenário anterior.
- O programa dos “*Eixos de Integração*” deverá ser continuamente aprimorado e implantado, sempre com a preocupação de se obter a integração da América do Sul e o desenvolvimento sustentável.
- A ênfase do Brasil não deveria ser a América Latina. Na verdade, a ênfase deve ser o mercado. Onde o mercado estiver o Brasil deverá estar. A América Latina deve ser objeto de atenção, principalmente no campo da cooperação técnica e cultural, se tivermos como ajudar. Na América do Sul, o Brasil deve manter-se junto, bem junto, da Argentina, Peru e Chile, por interesses comerciais; do Uruguai, pela fragilidade econômica e financeira daquele País; dar atenção a Colômbia, que também é um mercado promissor, mas afetado pela guerrilha. Nesse caso, o Brasil deve investir na Colômbia, tentando neutralizar a guerrilha, até porque ela representa um risco real nas fronteiras do oeste.
- A obtenção das metas desejáveis depende, em grande parte, da atuação funcional do sistema político, com o aumento, sobretudo, da eficiência na formulação e implementação das políticas públicas indispensáveis para o desenvolvimento econômico. A chamada reforma política, portanto, é a chave do sucesso ou insucesso de qualquer plano de desenvolvimento para os próximos anos e deve ser buscada com prioridade e energia totais.
- Concordo com a Visão Nacional extraída do “*Estudo dos Eixos*”, com um Estado Regulador e com Desenvolvimento Sustentado.
- O Estado deve atuar nas suas funções típicas - Saúde, Educação e Segurança - , permitindo que o desenvolvimento humano do País melhore cada vez mais.
- Temos que elevar o nível qualitativo e quantitativo das políticas públicas, reduzir o "custo Brasil" e as distorções sociais, permitindo com isso uma reestruturação concreta da Economia Brasileira.

- Instrumentos que garantam a estabilidade macroeconômica: dinamismo na criação e adaptação normativa (Legislativo e Judiciário) às diretrizes propostas, educação universal, segurança doméstica, estímulo à indústria do turismo receptivo, intensificar investimentos para proporcionar a geração de empregos e valorizar P&D.
- Utilização do Turismo Receptivo como uma grande estratégia de desenvolvimento econômico, principalmente na preparação de roteiros ecológicos, culturais e de eventos. Investir no desenvolvimento de tecnologias brasileiras para criar diferenciais competitivos, principalmente com aspectos da nossa cultura: música, artes, fashion, entretenimento, lazer e turismo. Destacar o Brasil como um paraíso possível na Planeta Terra. Por que não ?.
- A concepção do eixo definido para a região amazônica deverá agravar os impactos sócio-ambientais negativos do atual processo de ocupação. A idéia central para o ordenamento da ocupação da região deve ser a de intensificação e racionalização do uso das áreas já alteradas (arco de desmatamento).
- A experiência do programa de Plataformas Tecnológicas do Ministério da Ciência e Tecnologia, associado a programas semelhantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, aponta caminhos interessantes.
- Deve-se redefinir a política de atração de investimentos estratégicos (historicamente dependente da capacidade de financiamento público direto dos novos investimentos), através do investimento, pelo Estado, no desenvolvimento de inteligência nacional e capacitação de formação de recursos humanos e de pesquisa e desenvolvimento em setores como microeletrônica, bioengenharia e aeroespacial.
- Necessidade de integrar definitivamente a Amazônia, de modo a anular os olhares internacionais sobre ela, no processo de transnacionalidade. Não faz sentido o mapa brasileiro sem a Amazônia.
- É fundamental olhar para o Nordeste, potencialmente rico e politicamente paupérrimo. Penitenciárias para políticos deveriam ser construídas e habitadas,

por meio de um Judiciário forte. Enfim, há muito para se fazer internamente antes de voltar os olhos definitivamente para o Exterior.